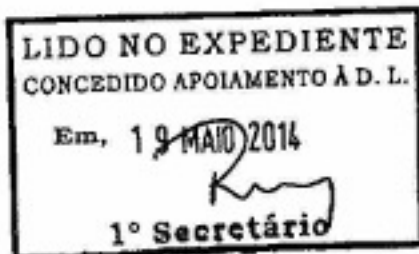




PROJETO DE LEI Nº 215/14



SÚMULA: Denomina Prefeito Olivier Grendene, a Rodovia que liga a cidade de Nova Londrina à Itaúna do Sul na PR 182.

Art. 1º Fica denominado Rodovia Prefeito Olivier Grendene, o trecho da rodovia que liga a cidade de Nova Londrina à Itaúna do Sul, na PR 182.

Art. 2º. Esta Lei entrará em vigor na data da sua publicação.

Sala das Sessões, 19 de maio de 2014.


LUIZ ACCORSI
DEPUTADO ESTADUAL



JUSTIFICATIVA

Das mais corretas e justas, a sugestão que me chega às mãos para promover a denominação com o nome de Prefeito Olivier Grendene, o trecho da rodovia que liga a cidade de Nova Londrina à Itaúna do Sul, na PR 182.

Tão válida e consistente a homenagem que é endossada e elogiada pela unanimidade representativa da comunidade nova londrinense distribuída em suas várias atividades com as relacionadas à agropecuária, ao comércio, à indústria, ao ensino – docência e discência, à prestação de serviços, ao cooperativismo, do qual foi alicerce, piso, parede e teto.

O currículo do cidadão, dirigente hospitalar e empresarial, vereador e prefeito de Nova Londrina, Dr. Olivier Grendene, é rico e invejável e se transforma em espelho para a reflexão dos momentos de triste inversão de valores que domina os dias atuais, registrados principalmente no nosso meio político.

Justifico então, a importância desse Projeto de Lei que denomina Dr. Olivier Grendene, o trecho rodoviário da PR 182 que liga as cidades de Nova Londrina e Itaúna do Sul, reproduzindo resumo biográfico da dinâmica e correta vivência de Grendene entre os que tiveram a ventura do seu convívio, do aprendizado dos seus exemplos, da persistência na busca de objetivos sempre relacionados ao bem estar, à consolidação do desenvolvimento sócio, econômico e cultural da gente de Nova Londrina.

O médico Olivier Grendene, gaúcho da cidade de Farroupilha, nasceu em 2 de fevereiro de 1926, aportou em nova Londrina, nos idos de maio de 1951.

Primeiro médico a se instalar em Nova Londrina fundou o primeiro hospital da cidade, o Santa Terezinha.

Foi um dos ideólogos e, portanto, um dos fundadores da Cooperativa de Cafeicultores de Nova Londrina – a Copagra – da qual foi vice-presidente de 1968 a 1973 e presidente de 1980 a 1994 - e ainda emprestou os seus serviços e prestígio à criação do Sicredi, consolidado banco de filosofia cooperativista.

Também fundou o Clube Recreativo de Nova Londrina e em sua galeria e registro de atas, consta como seu primeiro presidente, tendo ainda participado da criação do Aero Clube de Nova Londrina.

Já em 1964, elegeu-se prefeito municipal e da proficuidade do seu mandato, resultou a pavimentação de mais de trinta mil metros quadrados de ruas – das avenidas Brasil e Londrina, mais as suas arborizações.



Entregou as primeiras 150 casas populares em convênio com a Cohapar – Companhia de Habitação do Paraná e o BNH – Banco Nacional da Habitação.

Concretizou a implantação da rede urbana de energia elétrica.

Construiu as escolas Isolde Julieta Andreatta, a Marco de Santi, o prédio-sede da Telepar – antiga Companhia Telefônica do Paraná, além da criação dos símbolos municipais, a bandeira e o brasão nova londrinenses.

Faleceu aos 78 anos de idade, em 3 de outubro de 2004, deixando viúva a senhora Verônica Ribas Grendene, com quem teve os filhos Paulo, Marco, Silvana, Rosana, Lisandra e Dalva.

Antecipo sinceros agradecimentos aos colegas parlamentares membros das diversas comissões encarregadas da análise e do posterior encaminhamento dessa proposta de Lei para a devida consideração por parte do Douto Plenário, com toda a convicção da unanimidade desta Casa, quanto à sua aprovação.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury



PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 215/2014

Projeto de Lei nº 215/2014

Autores: Deputado Luiz Accorsi.

Relator: Deputado Tadeu Veneri.

Súmula: Denomina Prefeito Oliver Grendene, a Rodovia que liga a cidade de Nova Londrina a Itaúna do Sul na PR-182.

EMENTA: DENOMINAÇÃO DE RODOVIA. PARECER DO DER INFORMANDO QUE A RODOVIA NÃO POSSUI DENOMINAÇÃO PRÉ-EXISTENTE. CONSTITUCIONALIDADE. APROVAÇÃO.

PREÂMBULO

O presente Projeto de Lei, de autoria do Deputado Estadual Luiz Accorsi, tem por objetivo denominar de Prefeito Olivier Grendene, a Rodovia que liga a cidade de Nova Londrina a Itaúna do Sul na PR-182.

1



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury



FUNDAMENTAÇÃO

Inicialmente, cumpre salientar que compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33-A, I do **REGIMENTO INTERNO DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ**, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada, senão vejamos:

Art. 33-A Cabe à Comissão de Constituição e Justiça:

I - emitir parecer sobre as proposições quanto à sua constitucionalidade, legalidade, juridicidade, adequação regimental e caráter estrutural, em face do que dispõe a Lei Complementar Federal nº 95, de 26 de fevereiro de 1998 e alterações posteriores.

O artigo 65 da **CONSTITUIÇÃO DO ESTADO DO PARANÁ** determina que qualquer membro da Assembleia Legislativa possui competência para propor projetos de Leis Ordinárias e Complementares, senão vejamos:

Art. 65. A iniciativa das Leis Complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembleia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury



Quanto à matéria do projeto ora em análise, estabelece, o artigo 238, da **CONSTITUIÇÃO ESTADUAL**, que é vedada a alteração de nomes do patrimônio público estadual e municipal que contenha nomes de pessoas, fatos históricos ou geográficos, senão vejamos:

Art. 238. É vedada a alteração de nomes dos próprios públicos estaduais e municipais que contenham nomes de pessoas, fatos históricos ou geográficos, salvo para correção ou adequação aos termos da lei; é vedada também a inscrição de símbolos ou nomes de autoridades ou administradores em placas indicadoras de obras ou em veículo de propriedade ou a serviço da administração pública direta, indireta ou fundacional do Estado, a partir da promulgação dessa Constituição, inclusive a atribuição de nome de pessoa viva a bem público de qualquer natureza, pertencente ao Estado ou ao Município. (grifo nosso)

Além disso, a **LEI ESTADUAL Nº. 8761/88** também veda, em seu artigo 1º, a alteração dos próprios públicos estaduais, senão vejamos:

Art. 1º. Fica vedada a alteração de nomes dos próprios públicos estaduais que contenham nomes de pessoas, fatos históricos ou geográficos, no Estado do Paraná, como forma de se preservar a memória tradicionalista da vida paranaense. (grifo nosso)

Diante da inexistência de denominação pré-existente, conforme Ofício da **SECRETARIA ESTADUAL DE INFRA-ESTRUTURA E**

3



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury



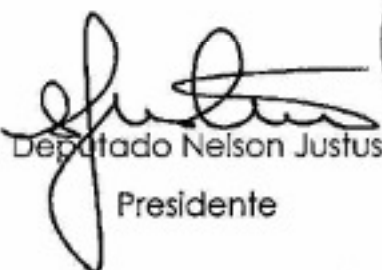
LOGÍSTICA E DEPARTAMENTO NACIONAL DE ESTRADAS E RODAGEM – DER,
o presente projeto de lei não encontra óbices a sua normal tramitação
nesta casa de leis.

Por fim, o projeto de lei em análise não encontra óbice
no na **LEI COMPLEMENTAR Nº 95/98**, que dispõe sobre a técnica
legislativa.

CONCLUSÃO

Diante do exposto, opina-se pela **APROVAÇÃO** do
presente Projeto de Lei, por estarem presentes todos os requisitos
Constitucionais, legais e de técnica legislativa.

Sala das Comissões, 12 de agosto 2014.


Deputado Nelson Justus
Presidente


Deputado Tadeu Veneri
Relator

Mandato do Deputado Estadual Tadeu Veneri
Praça Nossa Sra. de Salette, s/n – 8º andar – gab 805

Tel: 3350 4094 - 3254 8121 - 3253 4241 – end. eletrônico: tadeuveneri@terra.com.br
www.tadeuveneri.com.br

PROVADO

19/08/14



PARANÁ

GOVERNO DO ESTADO
Gabinete do Governador

PROJETO DE LEI 452/14

Autoriza o Poder Executivo a estadualizar o prolongamento rodoviário que especifica, que liga os Municípios de Rio Branco do Ivaí e Cândido de Abreu.

**A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
decretou e eu sanciono a seguinte lei.**

Art. 1º Autoriza o Poder Executivo a estadualizar, de acordo com a disponibilidade orçamentária, a Estrada Municipal, prolongamento da PR-535, que liga o Município de Rio Branco do Ivaí ao Município de Cândido de Abreu, com extensão de 20,90 km, que inicia no Ponto do Distrito Rio do Tigre (1558) de coordenadas -24°24'59,39" e -51°18'18,13" e finaliza no ponto do entroncamento da PRC-487 (1549) de coordenadas -24°32'48,92" e -51°22'21,72".

Art. 2º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

MENSAGEM

Nº 104 /2014

Curitiba, 29 de outubro de 2014.

I - À DAP para leitura no expediente.

II - À DL para providências.

Em, 4/11/14

Presidente

Senhor Presidente,

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para apreciação dessa Assembleia Legislativa, Anteprojeto de Lei que objetiva autorizar o Poder Executivo a estadualizar, de acordo com a disponibilidade orçamentária, a Estrada Municipal, prolongamento da PR-535, que liga o Município de Rio Branco do Ivaí ao Município de Cândido de Abreu, com extensão de 20,90 km, que inicia no Ponto do Distrito Rio do Tigre (1558) de coordenadas -24°24'59,39" e -51°18'18,13" e finaliza no ponto do entroncamento da PRC-487 (1549) de coordenadas -24°32'48,92" e -51°22'21,72".

A presente proposição justifica-se pela necessidade da incorporação do referido trecho à malha rodoviária estadual, o que propiciará a sua pavimentação, conservação e manutenção, que são praticamente impossíveis com os recursos municipais.


Vale mencionar o incentivo à industrialização e o melhor escoamento da produção agrícola, o que garante avanços significativos nos indicadores econômicos e sociais da região.

Do ponto de vista técnico, justifica-se a escolha do referido trecho por se tratar de conexão entre os dois supracitados municípios, além de propiciar a ligação do Município de Rio Branco do Ivaí à Rodovia PRC-487, fazendo com que a Rodovia PR-535 não fique desconectada do restante da malha rodoviária estadual. Também, que esta estrada, ainda não pavimentada, é um importante corredor utilizado para o transporte de diversos tipos de carga, desde madeira à agrícola, além de passageiros que sofrem as consequências do tráfego pesado.

Além disso, a estadualização da rodovia em tela oferecerá à população local a garantia de trafegabilidade com maior rapidez, segurança e economia.

Para melhor justificar a conveniência e oportunidade da proposta e no sentido de bem instruir e esclarecê-la, é feita anexação de cópia das principais peças do processo protocolado que deu origem ao anexo Anteprojeto de Lei.

Certo de que a medida merecerá dessa Assembleia Legislativa o necessário apoio e consequente aprovação, reitero a Vossa Excelência meus protestos de apreço e consideração.


CARLOS ALBERTO RICH
Governador do Estado

Excelentíssimo Senhor
Deputado VALDIR ROSSONI
Presidente da Assembleia Legislativa do Estado
N/CAPITAL
AJB/Prot. 13.267.455-8

LIDO NO EXPEDIENTE
CONCEDIDO APOIAMENTO A D. L.

Em, 04 NOV. 2014


1º Secretário

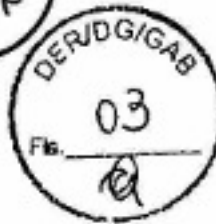


PARANÁ

GOVERNO DO ESTADO
Gabinete do Governador



3812



PROJETO DE LEI Nº 338/2014

SÚMULA: Dispõe sobre a ampliação da estadualização da PTR 535, que liga os Municípios Rio Branco do Ivaí à Candido de Abreu.

Art. 1º - O Poder Executivo, dentro da disponibilidade orçamentária, ampliará a estadualização da PTR 535, que liga os Municípios Rio Branco do Ivaí à Candido de Abreu, no trecho de 19 quilômetros que inicia-se no Distrito de Rio do Tigre e termina na PRT 487.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em


ARTAGÃO DE MATTOS LEÃO JÚNIOR
Deputado Estadual



ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
Centro Legislativo Presidente Deputado Aníbal Khury



JUSTIFICATIVA:

A presente proposição justifica-se pela necessidade da incorporação deste trecho, à malha rodoviária estadual, o que propiciará a sua pavimentação, conservação e manutenção, que são praticamente impossíveis, com os recursos municipais.

Além disso, a estadualização da rodovia em tela, oferecerá à população local, a garantia de trafegabilidade com maior rapidez, segurança e economia.

Vale mencionar o incentivo a industrialização e o melhor escoamento da produção agrícola, o que garante avanços significativos nos indicadores econômicos e sociais da região.

Pelo seu relevante alcance social, solicitamos o apoio dos Nobres Pares com assento nesta casa de Leis à medida ora proposta.



PODER LEGISLATIVO DO ESTADO DO PARANÁ
COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
4ª Sessão Legislativa - 17ª Legislatura



PARECER

Da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA sobre o Projeto de Lei (PL) nº 425/2014 de autoria do PODER EXECUTIVO que *autoriza o Poder Executivo a estadualizar o prolongamento rodoviário que especifica, que liga os municípios de Rio Branco do Ivaí e Cândido de Abreu.*

Relator: Dep. PEDRO LUPION

i. Relatório

Submete-se ao exame da Comissão da Constituição e Justiça (CCJ) o Projeto de Lei nº 425/2014, de autoria do PODER EXECUTIVO, (mensagem n. 104/14 na origem) o qual *autoriza o Poder Executivo a estadualizar o prolongamento rodoviário que especifica, que liga os municípios de Rio Branco do Ivaí e Cândido de Abreu.*

Conforme consta da mensagem, a matéria é resultante de indicação legislativa do Deputado Estadual Artagão de Mattos Leão Júnior, e tem como justificativa a necessidade da incorporação do referido trecho à malha rodoviária estadual, possibilitando a realização de melhorias e manutenção na aludida rodovia, considerando que os recursos municipais não são suficientes à sua manutenção, consignando a importância da mesma.

Até o momento, não foram apresentadas emendas.

Uma vez encaminhado a esta Comissão, nos termos regimentais, foi designado o Parlamentar que ora subscreve como relator da matéria.

É O RELATÓRIO.



ii. Fundamentação e voto

Nos termos do artigo 33-A¹ do RIALEP compete a esta Comissão de Constituição e Justiça emitir parecer acerca da constitucionalidade (formal e material), legalidade, juridicidade, adequação regimental e caráter estrutural, das proposições em trâmite perante esta e Casa Legislativa.²

Em um primeiro momento, o PODER EXECUTIVO é legítimo para apresentar proposições, considerando o teor do artigo 65³ da Constituição Estadual e do artigo 124⁴ do RIALEP.

Cumprе salientar, em análise a matéria ventilada no presente PL, que a iniciativa legislativa é exclusiva do Governador do Estado, nos termos do artigo 87 da Constituição Estadual, senão vejamos:

Art. 87. Compete privativamente ao Governador:

(...)

VI - dispor sobre a organização e o funcionamento da Administração estadual, na forma da lei;

No que tange ao objeto do projeto em tela, observa-se que coaduna perfeitamente ao dispositivo em comento, uma vez que o Estado do Paraná passará a administrar a rodovia promovendo as melhorias necessárias, bem como a sua manutenção, possibilitando a melhora na qualidade de trafegabilidade e segurança.

¹ Art. 33-A Cabe à Comissão de Constituição e Justiça:

I - emitir parecer sobre as proposições quanto à sua constitucionalidade, legalidade, juridicidade, adequação regimental e caráter estrutural, em face do que dispõe a Lei Complementar Federal nº 95, de 26 de fevereiro de 1998 e alterações posteriores.

² Sobre o Controle de constitucionalidade prévio realizado por esta Comissão de Constituição e Justiça V. LANZA, Pedro. DIREITO CONSTITUCIONAL, 16ª. Ed. rev. atual. e ampl. São Paulo: Saraiva, 2012, o qual menciona em síntese que a Comissão de Constituição e Justiça cumpre o papel de realizar o controle de constitucionalidade preventivo, próprio do nosso sistema, cuja importância remonta aos princípios basilares do Estado de Direito, pois é através dele que se evitam as arbitrariedades contra os cidadãos e se colocam limites ao poder estatal. Concluindo que 'O Legislativo verificará, através de suas comissões de constituição e justiça, se o projeto de lei, que poderá virar lei, contém algum vício a ensejar a sua inconstitucionalidade'.

³ Art. 65. A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembleia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.

⁴ Art. 124. A iniciativa dos projetos caberá a qualquer membro da Assembleia, ao Governador, dos Tribunais e ao Ministério Público, que poderão solicitar o seu arquivamento ou a sua restituição, em qualquer fase de sua tramitação. (grifo meu)
Parágrafo único. Todos os projetos, ressalvada a competência exclusiva do Governador, dos Tribunais e do Ministério Público, terão origem na Assembleia, sob a iniciativa de qualquer Deputado ou Comissão.



PODER LEGISLATIVO DO ESTADO DO PARANÁ

Comissão de Constituição e Justiça
4ª Sessão Legislativa - 17ª Legislatura



Quanto à técnica legislativa, não há qualquer óbice ao texto do projeto, estando todos de acordo com as normas impostas pela Lei Complementar nº 95, de 26/2/98, com a redação dada pela Lei Complementar nº 107, de 26/4/01.

Igualmente o PL coaduna com o que determina a Lei Complementar Estadual nº 176 de 11 de julho de 2014.


Ante o exposto, **VOTO** pela **APROVAÇÃO** do presente PL.

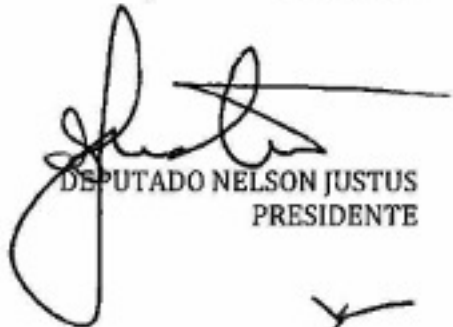
É O VOTO.

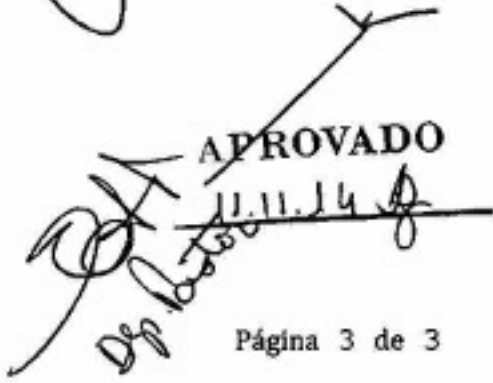
III. CONCLUSÃO

Ante o parecer e as razões acima expostas concluo pela **APROVAÇÃO DO PROJETO DE LEI Nº 425/2014**, de autoria do PODER EXECUTIVO.

SALA DAS COMISSÕES, 11 de novembro de 2014.


DEPUTADO PEDRO LUPION
RELATOR


DEPUTADO NELSON JUSTUS
PRESIDENTE


APROVADO
11.11.14



PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 452/2014

Projeto de Lei nº 452/2014

Autor: Poder Executivo – Mensagem nº 104/2014

Súmula: Autoriza o Poder Executivo a estadualizar o prolongamento rodoviário que especifica, que liga os municípios de Rio Branco do Ivaí e Cândido de Abreu.

I – PREÂMBULO

O presente Projeto de Lei 452/2014 de autoria do Poder Executivo, através da Mensagem 104/2014, autoriza o Poder Executivo a Estadualizar, de acordo com a disponibilidade orçamentária, a Estrada Municipal, prolongamento da PR 535, que liga o Município de Rio Branco do Ivaí ao Município de Cândido de Abreu, com extensão de 20,90 Km, que inicia no Ponto do Distrito Rio do Tigre (1558) e finaliza no ponto do entroncamento da PRC -487 (1549).

Esta proposta é uma iniciativa já apresentada anteriormente, com base na proposição de nº 338/2014 de autoria do Deputado Artagão de Mattos Leão Junior, que sugere a estadualização deste trecho com base na necessidade apresentada pela própria população, permitindo-se a conservação e manutenção do trecho citado pelo órgão competente do Estado.

II - RELATÓRIO

Em conformidade com o art. 33-F, c/c com os arts. 42 e 50, II, do Regimento Interno desta Casa de Leis, fui designado relator da matéria tratada no Projeto de Lei nº 452/2014, na qual passo a relatar:

No que tange a matéria apresentada, passo a analisar o seu mérito voltado ao interesse público meramente justificado, já que o projeto objetiva beneficiar as regiões de Rio Branco do Ivaí e Cândido de Abreu no Estado do Paraná, com a estadualização do trecho que liga estes municípios, permitindo com que a manutenção e conservação deste local passe a ser de competência do Estado, ampliando a possibilidade de investimentos e melhoria da malha rodoviária,



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicação

Presidente: Deputado Francisco Bühner; Vice-Presidente: Deputado Tercílio Turini
Deputado Adelfino Ribeiro; Elton Welter; Deputado Jonas Guimarães;
Deputado Pastor Edson Praczyk; Deputado Teruo Kato.



garantindo uma melhor trafegabilidade e incentivos de crescimento regional, com a instalação de polos industriais que utilizam-se da rodovia para escoamento diário de sua produção.

Este processo apenas facilita a manutenção e conservação viária do trecho que equivale a 20,90 km, com investimentos de pavimentação e infraestrutura que trarão segurança e desenvolvimento regional, sem que para isso haja interrupção em qualquer ação já executada ou até mesmo qualquer prejuízo para a malha rodoviária estadual.

Cumpra a nós destacar que *"Compete à Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicação, manifestar-se sobre as proposições relativas a obras públicas, seu gozo, interrupção e alteração de empreendimentos públicos; concessão de serviços públicos; sobre trânsito e transporte; e, sobre comunicação em geral"*, nos termos do disposto no Art. 33 F, § 7º do Regimento Interno desta Casa de Leis.

Ao analisarmos o mérito da matéria em questão, destacamos a importância desta proposição. O Projeto de Lei 452/2014 em análise nesta Comissão, no que justifica-se, apresenta um mérito indiscutível em seu peso, evidenciada pelo Poder Executivo através da Mensagem 104/2014 a qual destaca a estadualização de um trecho que hoje serve de referência para a conexão entre dois municípios, mas que apresenta dificuldades em sua conservação por atualmente ser uma rodovia de responsabilidade municipal. Neste caso, ganha um mérito indiscutível ao vir de encontro ao interesse e a necessidade comum meramente justificada, conforme cita a Constituição do Estado do Paraná, no que diz respeito à necessidade do Estado em trabalhar ações em prol da prestação eficiente dos serviços públicos para a população:

Art. 1º O Estado do Paraná, integrado de forma indissolúvel à República Federativa do Brasil, proclama e assegura o Estado democrático, a cidadania, a dignidade da pessoa humana, os valores sociais, do trabalho e da livre iniciativa, o pluralismo político e tem por princípios e objetivos:

VI - a prestação eficiente dos serviços públicos,
(...);

(Artigo 1º § I / Da Organização do Estado e dos Municípios / Constituição do Estado do Paraná)



Lembrando que esta proposição deriva de uma análise técnica em resposta ao Despacho Administrativo nº 2.508/2014-CTL/CC, acompanhada do parecer técnico favorável emitido pela secretaria de Estado de Infraestrutura e Logística em parceria com o DER, a qual afirma estar ciente da importância deste processo para a população.

Este procedimento levará em conta a manifestação de apoio emitida pela Prefeitura Municipal de Cândido de Abreu, município de atual responsabilidade pela manutenção do trecho citado, destacando que a efetuação de procedimentos posteriores para a melhoria viária, respeitará legalmente a observação da disponibilidade orçamentária estadual, de forma específica e devidamente justificada.

III – CONCLUSÕES

Baseando-se no artigo 12º da Constituição Estadual, no que se refere à Competência do Estado, ainda concluo relevando o Parágrafo único neste embasamento, no que cita a relação do Estado com os Municípios em razão ao bem comum: *"A cooperação entre o Estado, a União e os Municípios será definida em lei complementar e visará ao equilíbrio do desenvolvimento e do bem estar no âmbito estadual e municipal"*. (Art. 12º, Parágrafo Único, Seção II da Competência do Estado - Constituição do Estado do Paraná).

A Carta Magna dispõe em conjunto com a Constituição do Estado do Paraná ao tratar sua competência de forma a trabalhar a qualidade de vida e a busca de mecanismos que beneficiem a população, sempre pela melhoria dos serviços e infraestrutura. Desta forma, o **Projeto de Lei 452/2014**, no que justifica-se, evidencia de forma clara o mérito proposto ao vir de encontro ao interesse de toda a população. Esta proposição faz referência à estadualização de um trecho rodoviário, que sem dúvida alguma torna-se um ponto de referência entre os municípios, a população local e os investimentos de industrialização. Sendo uma proposta de consenso e benefício comum pela segurança e desenvolvimento do tráfego local, resta grande favorecimento na composição desta matéria para que possa ser aprovada por esta Comissão.



IV – VOTO DO RELATOR

Diante das exposições realizadas neste parecer e pelos benefícios ora relacionados à matéria, não vislumbra-se impedimentos no que se referem aos aspectos legais e constitucionais analisados pela CCJ, neste ato em relatoria pelo Deputado Pedro Lupion, nem mesmo quanto ao mérito honroso desta matéria em análise por esta Comissão, ficando evidente que tal proposição trará benefícios indiscutíveis aos municípios de Rio Branco do Ivaí e Cândido de Abreu, merecendo total apoio desta Comissão.

Desta forma opto pelo Parecer Favorável ao referido Projeto de Lei 452/2014, em sua forma apresentada.

*Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicação.
Sala das Comissões em 17 de novembro de 2014.*


FRANCISCO BÜHRER
Presidente da Comissão


JONAS GUIMARÃES
Relator


Adelino Ribeiro


Tercílio Turini


Teruo Kato


Elton Welter


Pastor Edson Praczyk



PARANÁ

GOVERNO DO ESTADO
Gabinete do Governador

PROJETO DE LEI 453/14

Autoriza o Poder Executivo a desafetar o trecho rodoviário que especifica, localizado no Município de Cambé.

**A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
decretou e eu sanciono a seguinte lei.**

Art. 1º. Autoriza o Poder Executivo a desafetar o segmento do trecho da PR-536, sob o código 536S0030EPR do Sistema Rodoviário Estadual, com 2,42 km de extensão, que liga o Município de Cambé ao Município de Prado Ferreira, compreendido entre os pontos constantes do supracitado Sistema: km 39 (coordenadas 23°15'03,71"S e 51°17'27,94"O) e 1559 (coordenadas 23°16'15,46"S e 51°17'19,10"O).

Art. 2º. Autoriza o Poder Executivo, nos termos do art. 10 da Constituição Estadual, a doar ao Município de Cambé o segmento do trecho referido no artigo anterior.

Art. 3º. Exclui do Sistema Rodoviário Estadual o trecho descrito no art. 1º da presente Lei.

Art. 4º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

MENSAGEM
Nº 105 /2014

Curitiba, 29 de outubro de 2014.



PARANÁ

GOVERNO DO ESTADO
Gabinete do Governador



I - À DAP para inclusão no expediente.

II - À DL para providências.

Em 04/11/14

Presidente

Senhor Presidente,

LIDO NO EXPEDIENTE
CONCEDIDO APOIAMENTO A.D.L.

Em, 04 NOV. 2014

1º Secretário

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para apreciação dessa Assembleia Legislativa, Anteprojeto de Lei que objetiva autorizar o Poder Executivo a: desafetar o segmento do trecho da PR-536, sob o código 536S0030EPR do Sistema Rodoviário Estadual, com 2,42 km de extensão, que liga o Município de Cambé ao Município de Prado Ferreira, compreendido entre os pontos constantes do supracitado Sistema: km 39 (coordenadas 23°15'03,71"S e 51°17'27,94"O) e 1559 (coordenadas 23°16'15,46"S e 51°17'19,10"O); doá-lo ao Município de Cambé, nos termos do art. 10 da Constituição Estadual; e excluí-lo do Sistema Rodoviário Estadual.

A municipalização deriva de solicitação formal do Município de Cambé, referendada por meio de Declaração de Anuência, na qual aquele ente expressa a sua concordância com a absorção do trecho rodoviário em questão.

Importante ressaltar que, do ponto de vista técnico, a municipalização justifica-se pelo fato de atender a demanda por moradia e serviços em consonância com o Plano Diretor e o PLHIS - Plano Local de Habitação de Interesse Social de Cambé, pois o segmento rodoviário se encontra em área urbanizada e em processo de urbanização do Município, devendo, portanto, integrar a sua malha viária.

Para melhor justificar a conveniência e oportunidade da proposta e no sentido de bem instruir e esclarecê-la, é feita anexação de cópia das principais peças do processo protocolado que deu origem ao anexo Anteprojeto de Lei.

Certo de que a medida merecerá dessa Assembleia Legislativa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência meus protestos de apreço e consideração.

CARLOS ALBERTO RICH
Governador do Estado

Excelentíssimo Senhor
Deputado VALDIR ROSSONI
Presidente da Assembleia Legislativa do Estado
N/CAPITAL
AJB/Prot. 12.508.710-8



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 453/14

Projeto de Lei nº. 453/2014

Autor: Poder Executivo - mensagem nº. 105/2014

Súmula: Autoriza o Poder Executivo a desafetar o trecho rodoviário que especifica, localizado no Município de Cambé.

EMENTA: AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A DESAFETAR O TRECHO RODOVIÁRIO QUE ESPECIFICA, LOCALIZADO NO MUNICÍPIO DE CAMBÉ. POSSIBILIDADE. INICIATIVA PRIVATIVA DO CHEFE DO PODER EXECUTIVO. LEGITIMIDADE AFERIDA. ARTS. 65, 66 E 87 DA CE. CONSTITUCIONAL. PARECER PELA APROVAÇÃO.

PREÂMBULO

O projeto de lei, de autoria do Poder Executivo, tem por finalidade autorizar o Poder Executivo a desafetar o segmento do trecho da PR-536, sob código 536S0030EPR do Sistema Rodoviário Estadual, com 2,42 km de extensão, que liga o Município de Cambé ao Município de Prado Ferreira, conforme especifica.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



FUNDAMENTAÇÃO

De início, compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33- A, I, do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada:

Art. 33 - A - Cabe à Comissão de Constituição e Justiça:

I - emitir parecer sobre as proposições quanto a sua constitucionalidade, legalidade, juridicidade, adequação regimental e caráter estrutural, em face do que dispõe a Lei Complementar 95, de 26 de fevereiro de 1998 e alterações posteriores.

Sobre a iniciativa de projetos de lei, dispõe o Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná:

Art. 124. A iniciativa dos projetos caberá a qualquer membro da Assembleia, ao Governador, dos Tribunais e ao Ministério Público, que poderão solicitar o seu arquivamento ou a sua restituição, em qualquer fase de sua tramitação.

Parágrafo único. Todos os projetos, ressalvada a competência exclusiva do Governador, dos Tribunais e do Ministério Público, terão origem na



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



Assembléia, sob a iniciativa de qualquer
Deputado ou Comissão.

Ainda, sobre a iniciativa das Leis, oportuno observar a
Constituição Estadual, em seu art. 65:

Art. 65. A iniciativa das leis complementares e
ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão
da Assembleia Legislativa, ao Governador do
Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao
Procurador-Geral de Justiça e aos cidadãos, na
forma e nos casos previstos nesta Constituição.

A **Constituição do Estado do Paraná** estabelece que são de
iniciativa privativa do Governador as leis que disponham sobre a criação,
estruturação e atribuição das Secretarias de Estado e órgãos da
Administração Pública, bem como da organização e funcionamento da
administração estadual, nos termos dos artigos 66 e 87:

Art. 66. Ressalvado o disposto nesta Constituição,
são de iniciativa privativa do Governador do
Estado as leis que disponham sobre:

IV - criação, estruturação e atribuição das
Secretarias de Estado e órgãos da Administração
Pública.

Art. 87. Compete privativamente ao Governador:
VI - dispor sobre a organização e o
funcionamento da administração estadual, na
forma da lei;



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

Vislumbra-se, portanto, que o Poder Executivo detém a competência necessária para propor o presente Projeto de Lei.

Destarte, devemos observar que o projeto de lei não viola a Lei Complementar Federal nº. 101/00. ¹

Por fim, no que tange às normas de elaboração normativa, previstas na Lei Complementar 95/98, o presente projeto encontra-se revestido de legalidade.

CONCLUSÃO

Diante do exposto, opina-se pela **APROVAÇÃO** do presente Projeto de Lei, em virtude de sua **CONSTITUCIONALIDADE**, bem como por estarem presentes todos os requisitos legais e de técnica legislativa.

Sala das Comissões, 11 de novembro de 2014.

DEPUTADO NELSON JUSTUS
PRESIDENTE

HERMAS BRANDÃO JÚNIOR
RELATOR

APROVADO

11.16.14 (2)

Exp. 10/10/10



PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 453/2014

Projeto de Lei nº 453/2014

Autor: Poder Executivo – Mensagem nº 105/2014

Súmula: Autoriza o Poder Executivo a desafetar o trecho rodoviário que especifica, localizado no município de Cambé.

I – PREÂMBULO

O presente **Projeto de Lei 453/2014** de autoria do Poder Executivo, através da **Mensagem 105/2014**, autoriza o Poder Executivo a desafetar o segmento do trecho da PR 536 sob o código 536S0030EPR do Sistema Rodoviário Estadual, com 2,42 km de extensão, que liga o Município de Cambé ao Município de Prado Ferreira, compreendido entre os pontos constantes do supracitado Sistema: km 39 e 1559.

Esta proposta é uma iniciativa apresentada com base na solicitação formal da Prefeitura Municipal de Cambé, através do Ofício 062/2014 (FL 02) e referendada pelo Termo de Anuência (FL 27), a qual informa interesse e sugestão de municipalização deste trecho por parte da prefeitura municipal, com base na necessidade apresentada pela própria população, permitindo assim a utilização do trecho citado para investimentos e ampliação da área de urbanização e crescimento regional.

II - RELATÓRIO

Em conformidade com o art. 33-F, c/c com os arts. 42 e 50, II, do Regimento Interno desta Casa de Leis, fui designado relator da matéria tratada no **Projeto de Lei nº 453/2014**, na qual passo a relatar:

No que tange a matéria apresentada, passo a analisar o seu mérito voltado ao interesse público meramente justificado, já que o projeto objetiva beneficiar o município de Cambé e região, com a municipalização do trecho da rodovia PR 536, do Sistema Rodoviário Estadual. Esta proposta permite com que a



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicação

Presidente: Deputado Francisco Bühner; Vice-Presidente: Deputado Tercillo Turini
Deputado Adellino Ribeiro; Elton Welter; Deputado Jonas Guimarães;
Deputado Pastor Edson Praczyk; Deputado Teruo Kato.



manutenção e conservação viária deste trecho passe a ser de competência Municipal, ampliando a possibilidade de investimentos de projetos de mobilidade urbana, com a com a garantia de uma melhor trafegabilidade e incentivos de crescimento local. A municipalização do trecho citado da rodovia permitirá a ampliação do Sistema Viário Urbano de 4,08 km para 6,50 km, atendendo a demanda por moradia e serviços em consonância com a implantação do PLHIS – Plano Local de Habitação de Interesse Social e o Plano Diretor de Cambé.

Este processo apenas facilita a manutenção e conservação viária pela prefeitura do trecho que dá continuidade a uma área urbana já existente, permitindo investimentos municipais com base em estudos técnicos que apontam a necessidade emergencial da população e a viabilização do projeto habitacional, com obras e ações municipais que vão de encontro ao interesse público meramente justificado, sem qualquer prejuízos ou interrupção de ações já executadas na malha rodoviária supracitada.

Cumpra a nós destacar que *“Compete à Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicação, manifestar-se sobre as proposições relativas a obras públicas, seu gozo, interrupção e alteração de empreendimentos públicos; concessão de serviços públicos; sobre trânsito e transporte; e, sobre comunicação em geral”*, nos termos do disposto no Art. 33 F, § 7º do Regimento Interno desta Casa de Leis.

Ao analisarmos o mérito da matéria em questão, destacamos a importância desta proposição. O Projeto de Lei 453/2014 em análise nesta Comissão, no que justifica-se, apresenta um mérito indiscutível em seu peso, evidenciada pelo Poder Executivo através da Mensagem 105/2014 a qual destaca a Municipalização do trecho da PR 536 que servirá de apoio para a implantação de projetos de crescimento habitacional e mobilidade urbana. Neste caso, ganha um mérito indiscutível ao vir de encontro ao interesse e a necessidade comum meramente justificada, conforme cita a Constituição do Estado do Paraná, no que diz respeito à necessidade do Estado em trabalhar ações em parceria com os Municípios sempre em prol da prestação eficiente dos serviços públicos para a população:

Art. 1º O Estado do Paraná, integrado de forma indissolúvel à República Federativa do Brasil,



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicação

Presidente: Deputado Francisco Bühner; Vice-Presidente: Deputado Tercílio Turtli
Deputado Adelfino Ribeiro; Elton Welter; Deputado Jonas Guimarães;
Deputado Pastor Edson Praczyk; Deputado Teruo Kato.



proclama e assegura o Estado democrático, a cidadania, a dignidade da pessoa humana, os valores sociais, do trabalho e da livre iniciativa, o pluralismo político e tem por princípios e objetivos:

VI - a prestação eficiente dos serviços públicos,
(...);

(Artigo 1º § I / Da Organização do Estado e dos Municípios / Constituição do Estado do Paraná)

Este procedimento levará em conta a declaração de anuência emitida pela Prefeitura Municipal de Cambé, município que pleiteia a responsabilidade pela manutenção do trecho citado, destacando que a efetuação de procedimentos posteriores na melhoria viária, respeitará legalmente a implantação dos projetos já elaborados e a disponibilidade orçamentária municipal, de forma específica e devidamente justificada, sempre em prol do interesse público.

III – CONCLUSÕES

Baseando-se no artigo 12º da Constituição Estadual, no que se refere à Competência do Estado, ainda concluo relevando o Parágrafo único neste embasamento, no que cita a relação do Estado com os Municípios em razão ao bem comum: *“A cooperação entre o Estado, a União e os Municípios será definida em lei complementar e visará ao equilíbrio do desenvolvimento e do bem estar no âmbito estadual e municipal”*. (Art. 12º, Parágrafo Único, Seção II da Competência do Estado - Constituição do Estado do Paraná).

A Carta Magna dispõe em conjunto com a Constituição do Estado do Paraná ao tratar sua competência de forma a trabalhar a qualidade de vida e a busca de mecanismos que beneficiem a população, sempre pela melhoria dos serviços e infraestrutura. Desta forma, o **Projeto de Lei 453/2014**, no que justifica-se, evidencia de forma clara o mérito proposto ao vir de encontro ao interesse de toda a população. Esta proposição faz referência à municipalização de um trecho rodoviário, que sem dúvida alguma torna-se um ponto de referencia para o Município de Cambé e um ponto chave de localização e implantação do Projeto Habitacional. Sendo esta uma proposta de consenso e benefício comum pelo



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicação
Presidente: Deputado Francisco Bühner; Vice-Presidente: Deputado Tercílio Turini
Deputado Adelino Ribeiro; Elton Welter; Deputado Jonas Guimarães;
Deputado Pastor Edson Praczyk; Deputado Teruo Kato.



desenvolvimento de toda a região, resta grande favorecimento na composição desta matéria para que possa ser aprovada por esta Comissão.

IV – VOTO DO RELATOR

Diante das exposições realizadas neste parecer e pelos benefícios ora relacionados à matéria, não vislumbra-se impedimentos no que se referem aos aspectos legais e constitucionais analisados pela CCJ, neste ato em relatoria pelo Deputado Hermas Brandão Junior, nem mesmo quanto ao mérito honroso desta matéria em análise por esta Comissão, ficando evidente que tal proposição trará benefícios indiscutíveis ao município de Cambé, merecendo total apoio desta Comissão.

Desta forma opto pelo Parecer Favorável ao referido Projeto de Lei 453/2014, em sua forma apresentada.

*Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicação.
Sala das Comissões em 17 de novembro de 2014.*

Francisco Bühner
FRANCISCO BÜHRER
Presidente da Comissão

Adelino Ribeiro

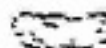
Teruo Kato
TERUO KATO
Relator

Tercílio Turini

Elton Welter

Jonas Guimarães

Pastor Edson Praczyk



PROJETO DE LEI 454/14



PARANÁ

GOVERNO DO ESTADO

Cabinete do Governador

Autoriza o Poder Executivo a
desafetar o segmento rodoviário que
especifica, localizado no Município de
Imbaú.

**A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
decretou e eu sanciono a seguinte lei.**

Art. 1º Autoriza o Poder Executivo a desafetar o segmento da PR-340, com 5,68 km (cinco vírgula sessenta e oito quilômetros) de extensão e faixa de domínio de 25,00 metros de largura, não pavimentado, que liga a interseção desta rodovia com a PR-160 (ponto 236 do Sistema Rodoviário Estadual, coordenadas $-24^{\circ}23'08,38''$ e $-50^{\circ}41'14,64''$) com o ponto situado em frente a um cemitério (coordenadas $-24^{\circ}20'30,11''$ e $-50^{\circ}42'32,61''$).

Art. 2º Autoriza o Poder Executivo, nos termos do art. 10 da Constituição Estadual, a doar o segmento rodoviário acima referido ao Município de Imbaú.

Art. 3º Exclui o referido segmento rodoviário do Sistema Rodoviário Estadual.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

MENSAGEM
Nº 106/2014

Curitiba, 29 de outubro de 2014.



PARANÁ

GOVERNO DO ESTADO
Gabinete do Governador

LIDO NO EXPEDIENTE
CONCEDIDO APOIAMENTO À D. L.

Em, 04 NOV. 2014

[Assinatura]
1º Secretário

Senhor Presidente

I – À DAP para deliberação no expediente.

II – À DL para providências.

Em, 04/11/14

[Assinatura]
Presidente

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para apreciação dessa Assembleia Legislativa, Anteprojeto de Lei que objetiva autorizar o Poder Executivo a: desafetar o segmento da PR-340, com 5,68 km (cinco vírgula sessenta e oito quilômetros) de extensão e faixa de domínio de 25,00 metros de largura, não pavimentado, que liga a interseção desta rodovia com a PR-160 (ponto 236 do Sistema Rodoviário Estadual, coordenadas -24°23'08,38" e -50°41'14,64") com o ponto situado em frente a um cemitério (coordenadas -24°20'30,11" e -50°42'32,61"); doar ao Município de Imbaú, nos termos do art. 10 da Constituição Estadual; e, ainda, excluir o referido segmento rodoviário do Sistema Rodoviário Estadual.

A municipalização deriva da viabilização do Sistema Viário do Projeto Klabin e é referenciada por meio de assinatura de Termo de Anuência no qual o Município de Imbaú expressa a sua concordância com a absorção do segmento rodoviário em questão.

Para melhor justificar a conveniência e oportunidade da proposta e no sentido de bem instruir e esclarecê-la, é feita anexação de cópia das principais peças do processo protocolado que deu origem ao anexo Anteprojeto de Lei.

Certo de que a medida merecerá dessa Assembleia Legislativa o necessário apoio e consequente aprovação, reitero a Vossa Excelência meus protestos de apreço e consideração.

[Assinatura]
CARLOS ALBERTO RICHÁ
Governador do Estado

Excelentíssimo Senhor
Deputado VALDIR ROSSONI
Presidente da Assembleia Legislativa do Estado
N/CAPITAL
AJB/Prot. 12.211.884-3



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 454/14

Projeto de Lei nº. 454/2014

Autor: Poder Executivo - mensagem nº. 106/2014

Súmula: Autoriza o Poder Executivo a desafetar o segmento rodoviário que especifica, localizado no Município de Imbaú.

EMENTA: AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A DESAFETAR O SEGMENTO RODOVIÁRIO QUE ESPECIFICA, LOCALIZADO NO MUNICÍPIO DE IMBAÚ. POSSIBILIDADE. INICIATIVA PRIVATIVA DO CHEFE DO PODER EXECUTIVO. LEGITIMIDADE AFERIDA. ARTS. 65, 66 E 87 DA CE. CONSTITUCIONAL. PARECER PELA APROVAÇÃO.

PREÂMBULO

O projeto de lei, de autoria do Poder Executivo, tem por finalidade autorizar o Poder Executivo a desafetar o segmento da PR-340, com 5,68 km (cinco vírgula sessenta e oito quilômetros) de extensão que liga a interseção desta rodovia com a PR-160 que especifica, localizado no município de Imbaú.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



FUNDAMENTAÇÃO

De início, compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33- A, I, do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada:

Art. 33 - A - Cabe à Comissão de Constituição e Justiça:

I - emitir parecer sobre as proposições quanto a sua constitucionalidade, legalidade, juridicidade, adequação regimental e caráter estrutural, em face do que dispõe a Lei Complementar 95, de 26 de fevereiro de 1998 e alterações posteriores.

Sobre a iniciativa de projetos de lei, dispõe o Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná:

Art. 124. A iniciativa dos projetos caberá a qualquer membro da Assembleia, ao Governador, dos Tribunais e ao Ministério Público, que poderão solicitar o seu arquivamento ou a sua restituição, em qualquer fase de sua tramitação.

Parágrafo único. Todos os projetos, ressalvada a competência exclusiva do Governador, dos Tribunais e do Ministério Público, terão origem na



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

**Assembléia, sob a iniciativa de qualquer
Deputado ou Comissão.**

Ainda, sobre a iniciativa das Leis, oportuno observar a
Constituição Estadual, em seu art. 65:

**Art. 65. A iniciativa das leis complementares e
ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão
da Assembléia Legislativa, ao Governador do
Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao
Procurador-Geral de Justiça e aos cidadãos, na
forma e nos casos previstos nesta Constituição.**

A Constituição do Estado do Paraná estabelece que são de
iniciativa privativa do Governador as leis que disponham sobre a criação,
estruturação e atribuição das Secretarias de Estado e órgãos da
Administração Pública, bem como da organização e funcionamento da
administração estadual, nos termos dos artigos 66 e 87:

**Art. 66. Ressalvado o disposto nesta Constituição,
são de iniciativa privativa do Governador do
Estado as leis que disponham sobre:**

**IV - criação, estruturação e atribuição das
Secretarias de Estado e órgãos da Administração
Pública.**

Art. 87. Compete privativamente ao Governador:



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



VI - dispor sobre a organização e o funcionamento da administração estadual, na forma da lei;

Vislumbra-se, portanto, que o Poder Executivo detém a competência necessária para propor o presente Projeto de Lei.

Destarte, devemos observar que o projeto de lei não viola a Lei Complementar Federal nº. 101/00.

Por fim, no que tange às normas de elaboração normativa, previstas na Lei Complementar 95/98, o presente projeto encontra-se revestido de legalidade.

CONCLUSÃO

Diante do exposto, opina-se pela **APROVAÇÃO** do presente Projeto de Lei, em virtude de sua **CONSTITUCIONALIDADE**, bem como por estarem presentes todos os requisitos legais e de técnica legislativa.

Sala das Comissões, 11 de novembro de 2014.

NELSON JUSTUS

Presidente

PASTOR EDSON PRACZYK

Relator

APROVADO

11.11.14



PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 454/2014

Projeto de Lei nº 454/2014

Autor: Poder Executivo – Mensagem nº 106/2014

Súmula: Autoriza o Poder Executivo a desafetar o segmento rodoviário que especifica, localizado no Município de Imbaú.

I – PREÂMBULO

O presente **Projeto de Lei 454/2014** de autoria do Poder Executivo, através da **Mensagem 106/2014**, autoriza o Poder Executivo a desafetar o segmento da PR 340, com 5,68 km de extensão e faixa de domínio de 25 metros de largura, não pavimentado, que liga a interseção desta rodovia com a PR 160 com o ponto situado em frente a um cemitério.

Esta proposta é uma iniciativa apresentada com base na solicitação formal da Prefeitura Municipal de Imbaú e do Termo de Anuência, autorizado pelo *Secretário de Estado de Infraestrutura e Logística*, a qual informa interesse e sugestão de municipalização deste trecho por parte da prefeitura municipal, com base na necessidade apresentada pela própria população, permitindo assim a utilização do trecho para investimentos e ampliação da área de urbanização e crescimento regional.

II - RELATÓRIO

Em conformidade com o art. 33-F, c/c com os arts. 42 e 50, II, do Regimento Interno desta Casa de Leis, fui designado relator da matéria tratada no **Projeto de Lei nº 454/2014**, na qual passo a relatar:

No que tange a matéria apresentada, passo a analisar o seu mérito voltado ao interesse público meramente justificado, já que o projeto objetiva beneficiar o município de Imbaú no Estado do Paraná, com a municipalização do trecho da rodovia PR 340, do Sistema Rodoviário Estadual. Esta proposta permite com que a manutenção e conservação viária deste trecho passe a ser de competência Municipal, ampliando a possibilidade de investimentos de projetos de mobilidade



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicação

Presidente: Deputado Francisco Bühner; Vice-Presidente: Deputado Tercílio Turini
Deputado Adelino Ribeiro; Elton Welter; Deputado Jonas Guimarães;
Deputado Pastor Edson Praczyk; Deputado Teruo Kato.



urbana, com a com a garantia de uma melhor trafegabilidade e incentivos de crescimento local. A municipalização do trecho citado da rodovia permitirá a viabilização do Sistema Viário do projeto Klabin, um grande investimento industrial que trará o crescimento e geração de emprego a toda população.

Este processo apenas facilita a manutenção e conservação viária pela prefeitura do trecho que dá continuidade a uma área urbana já existente, permitindo investimentos municipais com base em estudos técnicos que apontam a necessidade emergencial da população e a viabilização do Projeto Klabin, com obras e ações municipais que vão de encontro ao interesse público meramente justificado, sem qualquer prejuízos ou interrupção de ações já executadas na malha rodoviária supracitada.

Cumpra a nós destacar que *"Compete à Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicação, manifestar-se sobre as proposições relativas a obras públicas, seu gozo, interrupção e alteração de empreendimentos públicos; concessão de serviços públicos; sobre trânsito e transporte; e, sobre comunicação em geral"*, nos termos do disposto no **Art. 33 F, § 7º do Regimento Interno desta Casa de Leis.**

Ao analisarmos o mérito da matéria em questão, destacamos a importância desta proposição. O **Projeto de Lei 454/2014** em análise nesta Comissão, no que justifica-se, apresenta um mérito indiscutível em seu peso, evidenciada pelo Poder Executivo através da Mensagem 106/2014 a qual destaca a Municipalização do trecho da PR 340 que servirá de apoio para a implantação de projetos de crescimento e mobilidade urbana. Neste caso, ganha um mérito indiscutível ao vir de encontro ao interesse e a necessidade comum meramente justificada, conforme cita a Constituição do Estado do Paraná, no que diz respeito à necessidade do Estado em trabalhar ações em parceria com os Municípios sempre em prol da prestação eficiente dos serviços públicos para a população:

Art. 1º O Estado do Paraná, integrado de forma indissolúvel à República Federativa do Brasil, proclama e assegura o Estado democrático, a cidadania, a dignidade da pessoa humana, os valores sociais, do trabalho e da livre iniciativa, o pluralismo político e tem por princípios e objetivos:



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicação

Presidente: Deputado Francisco Bühner; Vice-Presidente: Deputado Tercílio Turini
Deputado Adelino Ribeiro; Elton Welter; Deputado Jonas Guimarães;
Deputado Pastor Edson Praczyk; Deputado Teruo Kato.



VI - a prestação eficiente dos serviços públicos,
(...);

(Artigo 1º § I / Da Organização do Estado e dos
Municípios / Constituição do Estado do Paraná)

Este procedimento levará em conta a declaração de anuência emitida pela Prefeitura Municipal de Imbaú, município que pleiteia a responsabilidade pela manutenção do trecho citado, destacando que a efetuação de procedimentos posteriores na melhoria viária, respeitará legalmente a implantação dos projetos já elaborados e a disponibilidade orçamentária municipal, de forma específica e devidamente justificada, sempre em prol do interesse público.

III – CONCLUSÕES

Baseando-se no artigo 12º da Constituição Estadual, no que se refere à Competência do Estado, ainda concluo relevando o Parágrafo único neste embasamento, no que cita a relação do Estado com os Municípios em razão ao bem comum: *“A cooperação entre o Estado, a União e os Municípios será definida em lei complementar e visará ao equilíbrio do desenvolvimento e do bem estar no âmbito estadual e municipal”*. (Art. 12º, Parágrafo Único, Seção II da Competência do Estado - Constituição do Estado do Paraná).

A Carta Magna dispõe em conjunto com a Constituição do Estado do Paraná ao tratar sua competência de forma a trabalhar a qualidade de vida e a busca de mecanismos que beneficiem a população, com a busca da melhoria dos serviços e infraestrutura. Desta forma, o **Projeto de Lei 454/2014**, no que justifica-se, evidencia de forma clara o mérito proposto ao vir de encontro ao interesse de toda a população. Esta proposição faz referência à municipalização de um trecho rodoviário, que sem dúvida alguma é um ponto de referencia para o Município de Imbaú, um ponto chave de localização e para implantação do Sistema Viário do Projeto Klabin. Sendo esta uma proposta de consenso e benefício comum pelo desenvolvimento de toda a região, resta grande favorecimento na composição desta matéria para que possa ser aprovada por esta Comissão.



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicação

Presidente: Deputado Francisco Bühner; Vice-Presidente: Deputado Tercílio Turini
Deputado Adellno Ribeiro; Elton Welter; Deputado Jonas Guimarães;
Deputado Pastor Edson Praczyk; Deputado Teruo Kato.



IV – VOTO DO RELATOR

Diante das exposições realizadas neste parecer e pelos benefícios ora relacionados à matéria, não vislumbra-se impedimentos no que se referem aos aspectos legais e constitucionais analisados pela CCJ, neste ato em relatoria pelo Deputado Pastor Edson Praczyk, nem mesmo quanto ao mérito honroso desta matéria em análise por esta Comissão, ficando evidente que tal proposição trará benefícios indiscutíveis ao município de Imbaú, merecendo total apoio desta Comissão.

Desta forma opto pelo Parecer Favorável ao referido Projeto de Lei 454/2014, em sua forma apresentada.

*Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicação.
Sala das Comissões em 17 de novembro de 2014.*

Francisco Bühner
FRANCISCO BÜHRER
Presidente da Comissão

Adellno Ribeiro

Tercílio Turini
TERCÍLIO TURINI
Relator

Jonas Guimarães

Edson Praczyk

Elton Welter

Teruo Kato



PARANÁ

GOVERNO DO ESTADO
Gabinete do Governador

PROJETO DE LEI 455/44

Autoriza o Poder Executivo a estadualizar e desafetar os segmentos rodoviários que especifica, localizados no Município de Ortigueira.

**A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
decretou e eu sanciono a seguinte lei.**

Art. 1º Autoriza o Poder Executivo a estadualizar, de acordo com a disponibilidade orçamentária, os seguintes segmentos rodoviários municipais:

I - Segmento da Estrada da Campina, não pavimentado, com início na cabeceira final (norte) da ponte sobre o Rio Imbauzinho, com coordenadas -24°17'31,95" e -50°42'11,03" e final no ponto de início da variante de desvio do sítio da nova fábrica da Klabin, coordenadas -24°15'22,65" e -50°43'40,81", com 5,43 km de extensão e faixa de domínio com 16,00 metros de largura;

II - Variante de desvio do sítio da nova fábrica da Klabin, com início no ponto de coordenadas -24°15'22,65" e -50°43'40,81" e final no ponto de coordenadas -24°14'34,09" e -50°45'22,06", com 3,52 km de extensão e faixa de domínio com 16,00 metros de largura;

III - Segmento constituído por segmentos da Estrada da Campina, da Estrada Minuano e da Estrada Torre Telepar, com início no final da variante de desvio, ponto de coordenadas -24°14'34,09" e -50°45'22,06" e final na interseção com a PR-340, ponto de coordenadas -24°17'46,09" e -50°49'13,50", com 12,40 km de extensão e faixa de domínio com 16,00 metros de largura; e

IV - Segmento constituído por parte da Estrada Minuano, com início na interseção com a PR-340, ponto de coordenadas -24°17'04,35" e -50°50'19,93" e final na interseção com a BR-376, ponto de coordenadas -24°16'32,49" e -50°53'09,85", com 5,33 km de extensão e faixa de domínio com 16,00 metros de largura.

Art. 2º Autoriza o Poder Executivo a desafetar, em condição de permuta, os seguintes segmentos rodoviários:

I - Segmento da rodovia estadual PR-340; não pavimentado, com 12,04 km de extensão e faixa de domínio com 25,00 metros de largura, com início no ponto 850 do Sistema Rodoviário Estadual, cabeceira inicial (leste) da ponte sobre o Rio Imbauzinho, com coordenadas -24°18'46,63" e -50°43'27,15" e final no ponto de interseção desta rodovia com a Estrada Torre Telepar, coordenadas -24°17'46,09" e -50°49'13,50"; e

II - Segmento da rodovia estadual PR-340, não pavimentado, com 13,27 km de extensão e faixa de domínio com 25,00 metros de largura, com início no ponto de interseção desta rodovia com a Estrada Minuano, coordenadas -24°17'04,35" e -50°50'19,93" e final no ponto 1572 do Sistema Rodoviário Estadual, na cidade de Ortigueira, coordenadas -24°12'48,03" e -50°55'10,63".

Parágrafo único. Autoriza o Poder Executivo, nos termos do art. 10 da Constituição Estadual, a doar ao Município de Ortigueira os segmentos rodoviários relacionados no art. 2º desta Lei.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

MENSAGEM
Nº 107 /2014

Curitiba, 29 de outubro de 2014.



LIDO NO EXPEDIENTE
CONCEDIDO APOIAMENTO A D. L.
Em, 04 NOV. 2014
[Assinatura]
1º Secretário

Senhor Presidente,

I – À DAP para leitura no expediente.
II – À DL para providências.
Em, 04/11/2014.
[Assinatura]
Presidente

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para apreciação dessa Assembleia Legislativa, Anteprojeto de Lei que objetiva autorizar o Poder Executivo a estadualizar e desafetar, de acordo com a disponibilidade orçamentária, os segmentos rodoviários municipais que especifica, localizados no Município de Ortigueira.

A estadualização e desafetação derivam da viabilização do Sistema Viário do Projeto Klabin e são referenciados por meio de assinatura de Termo de Anuência no qual o Município de Ortigueira expressa a sua concordância com a estadualização do segmento rodoviário em questão.

Para melhor justificar a conveniência e oportunidade da proposta e no sentido de bem instruir e esclarecê-la, é feita anexação de cópia das principais peças do processo protocolado que deu origem ao anexo Anteprojeto de Lei.

Certo de que a medida merecerá dessa Assembleia Legislativa o necessário apoio e consequente aprovação, reitero a Vossa Excelência meus protestos de apreço e consideração.

[Assinatura]
CARLOS ALBERTO RICHÁ
Governador do Estado

Excelentíssimo Senhor
Deputado VALDIR ROSSONI
Presidente da Assembleia Legislativa do Estado
N/CAPITAL
AJB/Prot. 12.211.886-0



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 455/2014

Projeto de Lei nº 455/2014

Autor: Poder Executivo – Mensagem 107/2014

Súmula: Autoriza o Poder Executivo a estadualizar e desafetar os segmentos rodoviários que especifica, localizados no Município de Ortigueira.

EMENTA: ESTADUALIZAÇÃO DE SEGMENTOS RODOVIÁRIOS MUNICIPAIS DE ACORDO COM A DISPONIBILIDADE ORÇAMENTÁRIA. DESAFETAÇÃO DE SEGMENTOS DA RODOVIA ESTADUAL E DOAÇÃO AO MUNICÍPIO DE ORTIGUEIRA. VIABILIZAÇÃO DO SISTEMA VIÁRIO. INICIATIVA PRIVATIVA DO PODER EXECUTIVO. POSSIBILIDADE. ARTS. 33 E 124 DO REGIMENTO INTERNO ALEP. ARTS. 10, 65 E 87 DA CONSTITUIÇÃO ESTADUAL DO PARANÁ. ARTIGO 1º DO DECRETO Nº 2706/2011. LEI COMPLEMENTAR Nº 95/98. CONSTITUCIONALIDADE. LEGALIDADE. APROVAÇÃO. PARECER FAVORÁVEL.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



PREÂMBULO

O presente projeto de lei de autoria do Poder Executivo, através da Mensagem nº 107/2014, visa autorizar a estadualização, de acordo com a disponibilidade orçamentária, dos segmentos rodoviários municipais que especifica, bem como, a desafetação, em condição de permuta, dos segmentos rodoviários estaduais especificados, com a consequente doação ao Município de Ortigueira.

FUNDAMENTAÇÃO

De início, compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no **artigo 33-A, inciso I do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná**, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada:

Art. 33 – A. Cabe à Comissão de Constituição e Justiça:

I - emitir parecer sobre as proposições quanto à sua constitucionalidade, legalidade, juridicidade, adequação regimental e caráter estrutural, em face do que dispõe a Lei Complementar Federal nº 95, de 26 de fevereiro de 1998 e alterações posteriores. (grifo nosso)

Sobre a iniciativa de Projetos de Lei, dispõe o Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná:

Art. 124. A iniciativa dos projetos caberá a qualquer membro da Assembleia, ao Governador, dos Tribunais e ao Ministério



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



Público, que poderão solicitar o seu arquivamento ou a sua restituição, em qualquer fase de sua tramitação.

Parágrafo único. Todos os projetos, ressalvada a competência exclusiva do Governador, dos Tribunais e do Ministério Público, terão origem na Assembléia, sob a iniciativa de qualquer Deputado ou Comissão. (grifo nosso)

Ainda, sobre a iniciativa das Leis, oportuno observar a Constituição do Estado do Paraná, em seu art. 65:

Art. 65. A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembléia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição. (grifo nosso)

Cumpre salientar que tal iniciativa legislativa, prevista na **CONSTITUIÇÃO DO ESTADO DO PARANÁ**, artigo 87, é do Governador do Estado, conforme segue:

Art. 87. Compete privativamente ao Governador:
(...)

III - exercer, com o auxílio dos Secretários de Estado, a direção superior da administração estadual; (grifo nosso)



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



No que tange ao objeto do projeto em tela, observa-se que o objetivo é estadualizar determinados segmentos rodoviários municipais, devidamente discriminados no projeto, bem como, desafetar segmentos de rodovia estadual, também, descritos no projeto.

Neste sentido, cumpre salientar que a *desafetação* é ato pelo qual o Poder Público retira do bem sua destinação de uso comum, cuja iniciativa é do Poder Executivo.

Nas palavras de José Cretella Júnior, é o **“fato ou a manifestação de vontade do Poder Público mediante a qual o bem do domínio público é subtraído à dominialidade pública para ser incorporado ao domínio privado, do Estado ou do administrado.”**¹

No presente caso, frise-se, a *desafetação* é expressa, pois emanada de manifestação de vontade da administração que a concretiza, por meio de lei.

Diante disso, trata-se de competência do Poder Executivo, através da **SECRETARIA DE ESTADO DE INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA**, prevista pelo **Decreto nº 2706/2011**, artigo 1º, que determina as atribuições de planejamento, execução, coordenação e controle das atividades relativas à justiça, cidadania e direitos humanos, conforme segue:

¹ Cretella Júnior apud DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. *Direito Administrativo*. Atlas. São Paulo, p. 4429, 1996.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



Art. 1º A Secretaria de Estado de Infraestrutura e Logística - SEIL, nos termos da Lei nº 16.841, de 28 de junho de 2011 constitui órgão de primeiro nível hierárquico, de natureza substantiva, para orientação técnica especializada, planejamento, coordenação, fiscalização, controle e execução das atividades do setor de infraestrutura e logística no Estado.

Parágrafo único. O âmbito de atuação da Secretaria de Estado de Infraestrutura e Logística - SEIL refere-se aos modais de transporte: rodoviário, ferroviário, aeroviário, aquaviário, dutoviário e edificações de prédios públicos. (grifo nosso)

Ademais, quanto à doação dos segmentos especificados no artigo 2º do projeto em tela, perfeitamente possível ante a previsão do artigo 10 da Constituição do Estado do Paraná, adiante transcrito:

Art. 10. Os bens imóveis do Estado não podem ser objeto de doação ou de utilização gratuita, salvo, e mediante lei, se o beneficiário for pessoa jurídica de direito público interno, órgão ou fundação de sua administração indireta ou entidade de assistência social sem fins lucrativos, declarada de utilidade pública, ou para fins de assentamentos de caráter social.

Parágrafo único. A alienação, a título oneroso, de bens imóveis do Estado dependerá de



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



autorização prévia da Assembléia Legislativa e será precedida de concorrência pública, a qual será dispensada quando o adquirente for uma das pessoas jurídicas de direito público interno, referidas neste artigo, ou para fins de assentamentos de caráter social. (grifo nosso)

Ainda, necessário salientar, que o presente projeto determina que os recursos necessários para a estadualização, serão conforme a disponibilidade orçamentária, nos termos do artigo 1º.


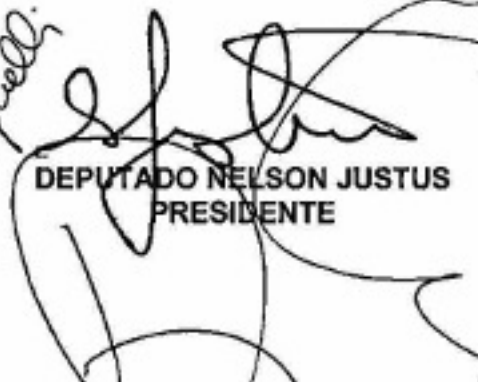
Sendo assim, verifica-se que a iniciativa legislativa do Poder Executivo está perfeitamente dentro da constitucionalidade e legalidade, necessárias.


Por fim, quanto à técnica legislativa, inexistem óbices ao disposto pela Lei Complementar nº 95/98.




CONCLUSÃO

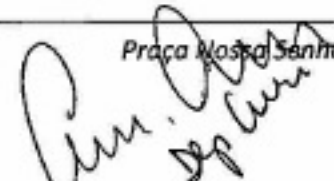

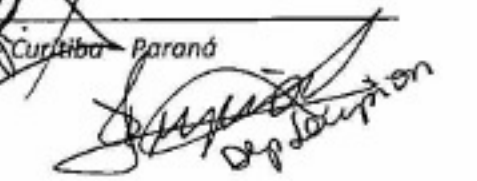
Diante do exposto, opina-se pela **APROVAÇÃO** do presente Projeto de Lei, em virtude de sua **CONSTITUCIONALIDADE E LEGALIDADE**.

Sala das Comissões, 11 de novembro de 2014.



DEPUTADO NELSON JUSTUS
PRESIDENTE


DEPUTADO FERNANDO SCANAVACCA
RELATOR




APROVADO
11.11.14




Praca Nossa Senhora da Salette s/nº - Centro Cívico Curitiba - Paraná



PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 455/2014

Projeto de Lei nº 455/2014

Autor: Poder Executivo – Mensagem nº 107/2014

Súmula: Autoriza o Poder Executivo a estadualizar e desafetar os segmentos rodoviários que especifica, localizados no município de Ortigueira.

I – PREÂMBULO

O presente **Projeto de Lei 455/2014** de autoria do Poder Executivo, através da **Mensagem 107/2014**, autoriza o Poder Executivo a estadualizar de acordo com a disponibilidade orçamentária, os seguintes trechos rodoviários municipais: I) Segmento da Estrada Campina, não pavimentado, com início na cabeceira final (norte) da ponte sobre o Rio Imbauzinho e final no ponto de início da variante de desvio do sítio da nova fábrica da Klabin, com 5,43 km de extensão e faixa de domínio com 16 metros de largura. II) Variante de desvio do sítio da nova fábrica da Klabin, com 3,52 km de extensão e faixa de domínio com 16 metros de largura. III) Segmento constituído por segmentos da Estrada da Campina, da Estrada Minuano e da Estrada Torre Telepar, com início no final da variante de desvio e final na interseção com a PR 340, com 12,40 km de extensão e faixa de domínio com 16 metros de largura. IV) Segmento constituído por parte da Estrada Minuano, com início na interseção com a PR 340 e final na interseção com a BR 376, com 5,33 km de extensão e faixa de domínio com 16 metros de largura. Ao mesmo tempo, autoriza o Poder Executivo a desafetar, em condição de permuta, os seguintes seguimentos rodoviários: I) Segmento da rodovia estadual PR 340, não pavimentado, com 12,04 km de extensão e faixa de domínio com 25 metros de largura, com início no ponto 850 do Sistema Rodoviário Estadual, cabeceira inicial (leste), da ponte sobre o Rio Imbauzinho e final no ponto de interseção desta rodovia com a Estrada Torre Telepar. II) Segmento da rodovia estadual PR 340, não pavimentado, com 13,27 km de extensão e faixa de domínio com 25 metros de largura, com início no ponto de



interseção desta rodovia com a Estrada Minuano e final no ponto 1572 do Sistema Rodoviário Estadual, na cidade de Ortigueira.

Esta proposta é uma iniciativa apresentada com base na solicitação formal da Prefeitura Municipal de Ortigueira expressa no Termo de Anuência, o qual informa interesse e sugestão de estadualização e desafetação dos trechos respectivamente citados, com base na necessidade apresentada pela própria população, permitindo-se assim a conservação e manutenção do trecho citado pelo órgão competente do Estado e pela Prefeitura Municipal.

II - RELATÓRIO

Em conformidade com o art. 33-F, c/c com os arts. 42 e 50, II, do Regimento Interno desta Casa de Leis, fui designado relator da matéria tratada no **Projeto de Lei nº 455/2014**, na qual passo a relatar:

No que tange a matéria apresentada, passo a analisar o seu mérito voltado ao interesse público meramente justificado, já que o projeto objetiva beneficiar o município de Ortigueira, com a estadualização de trechos de rodovia e desafetação de segmento da PR 340, em condição de permuta. Esta proposta permite com que a manutenção e conservação viária passe a ser de competência Estadual e Municipal respectivamente, permitindo-se a viabilização de ações do Sistema Viário do Projeto Klabin. Esta proposta deriva de um interesse tanto estadual como municipal, em prol de investimentos que ampliem o polo industrial, com a geração de empregos, já que os trechos acima referenciados se encontram na área de influência de implantação do Projeto Klabin, interesse único e exclusivo de toda a população.

Este processo apenas facilita a manutenção e conservação viária dos locais, com obras e ações que vão de encontro ao interesse público meramente justificado, sem qualquer prejuízo ou interrupção de ações já executadas nas malhas rodoviárias supracitadas.

Cumpramos a nós destacar que *"Compete à Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicação, manifestar-se sobre as proposições relativas a obras públicas, seu gozo, interrupção e alteração de empreendimentos públicos;*



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicação
Presidente: Deputado Francisco Bühner; Vice-Presidente: Deputado Tercílio Turini
Deputado Adelfino Ribeiro; Elton Welter; Deputado Jonas Guimarães;
Deputado Pastor Edson Praczyk; Deputado Teruo Kato.



concessão de serviços públicos; sobre trânsito e transporte; e, sobre comunicação em geral", nos termos do disposto no Art. 33 F, § 7º do Regimento Interno desta Casa de Leis.

Ao analisarmos o mérito da matéria em questão, destacamos a importância desta proposição. O Projeto de Lei 455/2014 em análise nesta Comissão, no que justifica-se, apresenta um mérito indiscutível em seu peso, evidenciada pelo Poder Executivo através da Mensagem 107/2014 a qual destaca a Municipalização e Estadualização de trechos da malha viária, que servirão de apoio para a implantação de projetos de crescimento e mobilidade urbana, através da Viabilização do Sistema Viário do Projeto Klabin. Neste caso, ganha um mérito indiscutível ao vir de encontro ao interesse e a necessidade comum meramente justificada, conforme cita a Constituição do Estado do Paraná, no que diz respeito à necessidade do Estado em trabalhar ações em parceria com os Municípios em prol da prestação eficiente dos serviços públicos para a população:

Art. 1º O Estado do Paraná, integrado de forma indissolúvel à República Federativa do Brasil, proclama e assegura o Estado democrático, a cidadania, a dignidade da pessoa humana, os valores sociais, do trabalho e da livre iniciativa, o pluralismo político e tem por princípios e objetivos:

VI - a prestação eficiente dos serviços públicos,
(...);

(Artigo 1º § I / Da Organização do Estado e dos Municípios / Constituição do Estado do Paraná)

Lembrando que esta proposição deriva de uma análise técnica que adotou o entendimento da Prefeitura Municipal e Governo do Estado, dando consentimento favorável à proposição apresentada.

Este procedimento levará em conta a declaração de anuência emitida pela Prefeitura Municipal de Ortigueira, município que solicita a estadualização e municipalização dos trechos citados, destacando que a efetuação de procedimentos posteriores para a melhoria viária, respeitará legalmente a implantação dos projetos



já elaborados e a disponibilidade orçamentária estadual e municipal, de forma específica e devidamente justificada em prol do interesse público.

III – CONCLUSÕES

Baseando-se no artigo 12º da Constituição Estadual, no que se refere à Competência do Estado, ainda concluo relevando o Parágrafo único neste embasamento, no que cita a relação do Estado com os Municípios em razão ao bem comum: *"A cooperação entre o Estado, a União e os Municípios será definida em lei complementar e visará ao equilíbrio do desenvolvimento e do bem estar no âmbito estadual e municipal"*. (Art. 12º, Parágrafo Único, Seção II da Competência do Estado - Constituição do Estado do Paraná).

A Carta Magna dispõe em conjunto com a Constituição do Estado do Paraná ao tratar sua competência de forma a trabalhar a qualidade de vida e a busca de mecanismos que beneficiem a população, com a busca da melhoria dos serviços e infraestrutura. Desta forma, o **Projeto de Lei 455/2014**, no que justificasse, evidencia de forma clara o mérito proposto ao vir de encontro ao interesse de toda a população. Esta proposição faz referência à municipalização e estadualização de trechos do sistema rodoviário, que sem dúvida alguma são pontos de referência para o Município de Ortigueira e um ponto chave de localização para a implantação do Projeto de Sistema Viário da Klabin. Sendo uma proposta de consenso e benefício comum pelo desenvolvimento de toda a região, resta grande favorecimento na composição desta matéria para que possa ser aprovada por esta Comissão.

IV – VOTO DO RELATOR

Diante das exposições realizadas neste parecer e pelos benefícios ora relacionados à matéria, não vislumbra-se impedimentos no que se referem aos aspectos legais e constitucionais analisados pela CCJ, neste ato em relatoria pelo Deputado Fernando Scanavaca, nem mesmo quanto ao mérito honroso desta matéria em análise por esta Comissão, ficando evidente que tal proposição trará benefícios indiscutíveis ao município de Ortigueira, merecendo total apoio desta Comissão.



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicação
Presidente: Deputado Francisco Bühner; Vice-Presidente: Deputado Tercílio Turini
Deputado Adelino Ribeiro; Elton Welter; Deputado Jonas Guimarães;
Deputado Pastor Edson Praczyk; Deputado Teruo Kato.



Desta forma opto pelo Parecer Favorável ao referido Projeto de Lei 455/2014, em sua forma apresentada.

*Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicação,
Sala das Comissões em 17 de novembro de 2014.*

FRANCISCO BÜHRER
Presidente da Comissão

TERUO KATO
Relator

Adelino Ribeiro

Tercílio Turini

Jonas Guimarães

Pastor Edson Praczyk

Elton Welter

PROJETO DE LEI

456/14

Autoriza o Poder Executivo a estadualizar e desafetar os segmentos rodoviários que especifica, localizados no Município de Telêmaco Borba.

**A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
decretou e eu sanciono a seguinte lei.**

Art. 1º Autoriza o Poder Executivo a estadualizar, de acordo com a disponibilidade orçamentária, o segmento da Estrada da Campina, não pavimentado, com início na sua interseção com a PR-160, coordenadas -24°20'46,34" e -50°39'37,03" e final na cabeceira final (norte) da ponte sobre o Rio Imbauzinho, coordenadas -24°17'31,95" e -50°42'11,03", com extensão de 9,11 km e faixa de domínio com 12,00 metros de largura.

Art. 2º Autoriza o Poder Executivo a desafetar, em condição de permuta, o segmento da PR-340, com 4,20 km de extensão e faixa de domínio com 25,00 metros de largura, não pavimentado, que liga o ponto situado em frente a um cemitério (coordenadas -24°20'30,11" e -50°42'32,61") ao ponto 850 do Sistema Rodoviário Estadual, cabeceira inicial (leste) da ponte sobre o Rio Imbauzinho, com coordenadas -24°18'46,63" e -50°43,27,15".

Parágrafo único. Autoriza o Poder Executivo, nos termos do art. 10 da Constituição Estadual, a doar ao Município de Telêmaco Borba, o segmento rodoviário de que trata o art. 2º desta Lei.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

MENSAGEM
Nº 108 /2014

Curitiba, 29 de outubro de 2014.



PARANÁ

GOVERNO DO ESTADO
Gabinete do Governador

LIDO NO EXPEDIENTE
CONCEDIDO APOIAMENTO À D. L.

Em, 04 NOV. 2014

1º Secretário

Senhor Presidente,

I - À DAP para leitura no expediente.

II - À DL para providências.

Em, 04/11/14

Presidente

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para apreciação dessa Assembleia Legislativa, Anteprojeto de Lei que objetiva autorizar o Poder Executivo a: estadualizar, de acordo com a disponibilidade orçamentária, o segmento da Estrada da Campina, não pavimentado, com início na sua interseção com a PR-160, coordenadas -24°20'46,34" e -50°39'37,03" e final na cabeceira final (norte) da ponte sobre o Rio Imbauzinho, coordenadas -24°17'31,95" e -50°42'11,03", com extensão de 9,11 km e faixa de domínio com 12,00 metros de largura; desafetar, em condição de permuta, o segmento da PR-340, com 4,20 km de extensão e faixa de domínio com 25,00 metros de largura, não pavimentado, que liga o ponto situado em frente a um cemitério (coordenadas -24°20'30,11" e -50°42'32,61") ao ponto 850 do Sistema Rodoviário Estadual, cabeceira inicial (leste) da ponte sobre o Rio Imbauzinho, com coordenadas -24°18'46,63" e -50°43'27,15"; e, ainda, nos termos do art. 10 da Constituição Estadual, a doar o segmento rodoviário acima referido ao Município de Telêmaco Borba.

A estadualização e desafetação derivam da viabilização do Sistema Viário do Projeto Klabin e são referenciados por meio de assinatura de Termo de Anuência no qual o Município de Telêmaco Borba expressa a sua concordância com a estadualização do segmento rodoviário em questão.

Para melhor justificar a conveniência e oportunidade da proposta e no sentido de bem instruir e esclarecê-la, é feita anexação de cópia das principais peças do processo protocolado que deu origem ao anexo Anteprojeto de Lei.

Certo de que a medida merecerá dessa Assembleia Legislativa o necessário apoio e consequente aprovação, reitero a Vossa Excelência meus protestos de apreço e consideração.


CARLOS ALBERTO RICH
Governador do Estado

Excelentíssimo Senhor
Deputado VALDIR ROSSONI
Presidente da Assembleia Legislativa do Estado
N/CAPITAL
AJB/Prot. 12.211.837-1



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 456/2014

Projeto de Lei nº 456/2014

Autor: Poder Executivo – Mensagem 108/2014

Súmula: Autoriza o Poder Executivo a estadualizar e desafetar os segmentos rodoviários que especifica, localizados no Município de Telêmaco Borba.

EMENTA: ESTADUALIZAÇÃO DE SEGMENTOS RODOVIÁRIOS DE ACORDO COM A DISPONIBILIDADE ORÇAMENTÁRIA. DESAFETAÇÃO DE SEGMENTOS E DOAÇÃO AO MUNICÍPIO DE TELÊMACO BORBA. VIABILIZAÇÃO DO SISTEMA VIÁRIO. INICIATIVA PRIVATIVA DO PODER EXECUTIVO. POSSIBILIDADE. ARTS. 33 E 124 DO REGIMENTO INTERNO ALEP. ARTS. 10, 65 E 87 DA CONSTITUIÇÃO ESTADUAL DO PARANÁ. ARTIGO 1º DO DECRETO Nº 2706/2011. LEI COMPLEMENTAR Nº 95/98. CONSTITUCIONALIDADE. LEGALIDADE. APROVAÇÃO. PARECER FAVORÁVEL.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



PREÂMBULO

O presente projeto de lei de autoria do Poder Executivo, através da Mensagem nº 108/2014, visa autorizar a estadualização, de acordo com a disponibilidade orçamentária, dos segmentos rodoviários que especifica, bem como, a desafetação, em condição de permuta, dos segmentos especificados, com a consequente doação ao Município de Telêmaco Borba.

FUNDAMENTAÇÃO

De início, compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no **artigo 33-A, inciso I do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná**, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada:

Art. 33 – A. Cabe à Comissão de Constituição e Justiça:

I - emitir parecer sobre as proposições quanto à sua constitucionalidade, legalidade, juridicidade, adequação regimental e caráter estrutural, em face do que dispõe a Lei Complementar Federal nº 95, de 26 de fevereiro de 1998 e alterações posteriores. (grifo nosso)

Sobre a iniciativa de Projetos de Lei, dispõe o Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná:

Art. 124. A iniciativa dos projetos caberá a qualquer membro da Assembleia, ao Governador, dos Tribunais e ao Ministério



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



Público, que poderão solicitar o seu arquivamento ou a sua restituição, em qualquer fase de sua tramitação.

Parágrafo único. Todos os projetos, ressalvada a competência exclusiva do Governador, dos Tribunais e do Ministério Público, terão origem na Assembléia, sob a iniciativa de qualquer Deputado ou Comissão. (grifo nosso)

Ainda, sobre a iniciativa das Leis, oportuno observar a Constituição do Estado do Paraná, em seu art. 65:

Art. 65. A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembléia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição. (grifo nosso)

Cumpre salientar que tal iniciativa legislativa, prevista na **CONSTITUIÇÃO DO ESTADO DO PARANÁ**, artigo 87, é do Governador do Estado, conforme segue:

Art. 87. Compete privativamente ao Governador:
(...)

III - exercer, com o auxílio dos Secretários de Estado, a direção superior da administração estadual; (grifo nosso)



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



No que tange ao objeto do projeto em tela, observa-se que o objetivo é estadualizar determinados segmentos rodoviários, devidamente discriminados no projeto, bem como, desafetar outros segmentos, também, descritos no projeto.

Neste sentido, cumpre salientar que a *desafetação* é ato pelo qual o Poder Público retira do bem sua destinação de uso comum, cuja iniciativa é do Poder Executivo.

Nas palavras de José Cretella Júnior, é o **“fato ou a manifestação de vontade do Poder Público mediante a qual o bem do domínio público é subtraído à dominialidade pública para ser incorporado ao domínio privado, do Estado ou do administrado.”¹**

No presente caso, frise-se, a *desafetação* é expressa, pois emanada de manifestação de vontade da administração que a concretizará, por meio de lei.

Diante disso, trata-se de competência do Poder Executivo, através da **SECRETARIA DE ESTADO DE INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA**, prevista pelo **Decreto nº 2706/2011**, artigo 1º, que determina as atribuições de planejamento, execução, coordenação e controle das atividades relativas à justiça, cidadania e direitos humanos, conforme segue:

¹ Cretella Júnior apud DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. Direito Administrativo. Atlas. São Paulo, p. 4429. 1996.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



Art. 1º A Secretaria de Estado de Infraestrutura e Logística - SEIL, nos termos da Lei nº 16.841, de 28 de junho de 2011 constitui órgão de primeiro nível hierárquico, de natureza substantiva, para orientação técnica especializada, planejamento, coordenação, fiscalização, controle e execução das atividades do setor de infraestrutura e logística no Estado.

Paragrafo único. O âmbito de atuação da Secretaria de Estado de Infraestrutura e Logística - SEIL refere-se aos modais de transporte: rodoviário, ferroviário, aeroviário, aquaviário, dutoviário e edificações de prédios públicos.

Ademais, quanto à doação dos segmentos especificados no artigo 2º do projeto em tela, perfeitamente possível ante a previsão do artigo 10 da **Constituição do Estado do Paraná**, adiante transcrito:

Art. 10. Os bens imóveis do Estado não podem ser objeto de doação ou de utilização gratuita, salvo, e mediante lei, se o beneficiário for pessoa jurídica de direito público interno, órgão ou fundação de sua administração indireta ou entidade de assistência social sem fins lucrativos, declarada de utilidade pública, ou para fins de assentamentos de caráter social.

Parágrafo único. A alienação, a título oneroso, de bens imóveis do Estado dependerá de autorização prévia da Assembléia Legislativa e



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



será precedida de concorrência pública, a qual será dispensada quando o adquirente for uma das pessoas jurídicas de direito público interno, referidas neste artigo, ou para fins de assentamentos de caráter social. (grifo nosso)

Ainda, necessário salientar, que o presente projeto determina que os recursos necessários para a estadualização, serão conforme a disponibilidade orçamentária, nos termos do artigo 1º.

Sendo assim, verifica-se que a iniciativa legislativa do Poder Executivo está perfeitamente dentro da constitucionalidade e legalidade, necessárias.

Por fim, quanto à técnica legislativa, inexistem óbices ao disposto pela Lei Complementar nº 95/98.

CONCLUSÃO

Diante do exposto, opina-se pela **APROVAÇÃO** do presente Projeto de Lei, em virtude de sua **CONSTITUCIONALIDADE E LEGALIDADE**.

Sala das Comissões, 11 de novembro de 2014

DEPUTADO NELSON JUSTUS
PRESIDENTE

DEPUTADO ALEXANDRE GUR
RELATOR

APROVADO

11.11.14



PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 456/2014

Projeto de Lei nº 456/2014

Autor: Poder Executivo – Mensagem nº 108/2014

Súmula: Autoriza o Poder Executivo a estadualizar e desafetar os segmentos rodoviários que especifica, localizados no município de Telêmaco Borba.

I – PREÂMBULO

O presente Projeto de Lei 456/2014 de autoria do Poder Executivo, através da Mensagem 108/2014, autoriza o Poder Executivo a estadualizar de acordo com a disponibilidade orçamentária, o segmento da Estrada de Campina, não pavimentado, com início na sua interseção com a PR 160 e final na cabeceira final (norte) da Ponte sobre o Rio Imbauzinho, com extensão de 9,11 km e faixa de domínio com 12 metros de largura. Ao mesmo tempo, autoriza o Poder Executivo a desafetar, em condição de permuta, o segmento da PR 340, com 4,20 km de extensão e faixa de domínio com 25 metros de largura, não pavimentado, que liga o ponto 850 do Sistema Rodoviário Estadual, cabeceira inicial (leste) da ponte sobre o Rio Imbauzinho.

Esta proposta é uma iniciativa apresentada com base na solicitação formal da Prefeitura Municipal de Telêmaco Borba expressa no Termo de Anuência, o qual informa interesse e sugestão de estadualização e desafetação dos trechos respectivamente citados, com base na necessidade apresentada pela própria população, permitindo-se assim a conservação e manutenção do trecho citado pelo órgão competente do Estado e pela Prefeitura Municipal.

II - RELATÓRIO

Em conformidade com o art. 33-F, c/c com os arts. 42 e 50, II, do Regimento Interno desta Casa de Leis, fui designado relator da matéria tratada no Projeto de Lei nº 456/2014, na qual passo a relatar:



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicação

Presidente: Deputado Francisco Bühner; Vice-Presidente: Deputado Tereflino Turini
Deputado Adellno Ribeiro; Elton Welter; Deputado Jonas Guimarães;
Deputado Pastor Edson Praczyk; Deputado Teruo Kato.



No que tange a matéria apresentada, passo a analisar o seu mérito voltado ao interesse público meramente justificado, já que o projeto objetiva beneficiar o município de Telêmaco Borba, com a estadualização do trecho da rodovia PR 160 e desafetação, em condição de permuta, do segmento da PR 340. Esta proposta permite com que a manutenção e conservação viária passe a ser de competência Estadual e Municipal respectivamente, permitindo-se a viabilização de ações do Sistema Viário do Projeto Klabin. Esta proposta deriva de um interesse tanto estadual como municipal, em prol de investimentos que ampliem o polo industrial, com a geração de empregos, já que os trechos acima referenciados se encontram na área de influência de implantação do Projeto Klabin, interesse único e exclusivo de toda a população.

Este processo apenas facilita a manutenção e conservação viária dos locais, com obras e ações que vão de encontro ao interesse público meramente justificado, sem qualquer prejuízos ou interrupção de ações já executadas nas malhas rodoviárias supracitadas.

Cumpra a nós destacar que *"Compete à Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicação, manifestar-se sobre as proposições relativas a obras públicas, seu gozo, interrupção e alteração de empreendimentos públicos; concessão de serviços públicos; sobre trânsito e transporte; e, sobre comunicação em geral"*, nos termos do disposto no Art. 33 F, § 7º do Regimento Interno desta Casa de Leis.

Ao analisarmos o mérito da matéria em questão, destacamos a importância desta proposição. O Projeto de Lei 456/2014 em análise nesta Comissão, no que justifica-se, apresenta um mérito indiscutível em seu peso, evidenciada pelo Poder Executivo através da Mensagem 108/2014 a qual destaca a Municipalização e Estadualização de trechos da PR 340 e PR 160, respectivamente, que servirão de apoio para a implantação de projetos de crescimento e mobilidade urbana, através do Sistema Viário do Projeto Klabin. Neste caso, ganha um mérito indiscutível ao vir de encontro ao interesse e a necessidade comum meramente justificada, conforme cita a Constituição do Estado do Paraná, no que diz respeito à necessidade do Estado em trabalhar ações em parceria com os Municípios em prol da prestação eficiente dos serviços públicos para a população:



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicação

Presidente: Deputado Francisco Bühner; Vice-Presidente: Deputado Tercílio Turini
Deputado Adelino Ribeiro; Elton Welter; Deputado Jonas Guimarães;
Deputado Pastor Edson Praczyk; Deputado Teruo Kato.



Art. 1º O Estado do Paraná, integrado de forma indissolúvel à República Federativa do Brasil, proclama e assegura o Estado democrático, a cidadania, a dignidade da pessoa humana, os valores sociais, do trabalho e da livre iniciativa, o pluralismo político e tem por princípios e objetivos:

VI - a prestação eficiente dos serviços públicos, (...);

(Artigo 1º § I / Da Organização do Estado e dos Municípios / Constituição do Estado do Paraná)

Lembrando que esta proposição deriva de uma análise técnica que adotou o entendimento da Prefeitura Municipal e Governo do Estado, dando consentimento favorável à proposição apresentada.

Este procedimento levará em conta a declaração de anuência emitida pela Prefeitura Municipal de Telêmaco Borba, município que solicita a estadualização e municipalização dos trechos citados, destacando que a efetuação de procedimentos posteriores para a melhoria viária, respeitará legalmente a implantação dos projetos já elaborados e a disponibilidade orçamentária estadual e municipal, de forma específica e devidamente justificada em prol do interesse público.

III – CONCLUSÕES

Baseando-se no artigo 12º da Constituição Estadual, no que se refere à Competência do Estado, ainda concluo relevando o Parágrafo único neste embasamento, no que cita a relação do Estado com os Municípios em razão ao bem comum: *“A cooperação entre o Estado, a União e os Municípios será definida em lei complementar e visará ao equilíbrio do desenvolvimento e do bem estar no âmbito estadual e municipal”*. (**Art. 12º, Parágrafo Único, Seção II da Competência do Estado - Constituição do Estado do Paraná**).

A Carta Magna dispõe em conjunto com a Constituição do Estado do Paraná ao tratar sua competência de forma a trabalhar a qualidade de vida e a busca de mecanismos que beneficiem a população, com a busca da melhoria dos serviços e infraestrutura. Desta forma, o **Projeto de Lei 456/2014**, no que justifica-se, evidencia de forma clara o mérito proposto ao vir de encontro ao interesse de



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicação
Presidente: Deputado Francisco Bühner; Vice-Presidente: Deputado Tercílio Turini
Deputado Adelino Ribeiro; Elton Welter; Deputado Jonas Guimarães;
Deputado Pastor Edson Praczyk; Deputado Teruo Kato.




toda a população. Esta proposição faz referência à municipalização e estadualização de trechos do sistema rodoviário, que sem dúvida alguma são pontos de referência para o Município de Telêmaco Borba e um ponto chave de localização para a implantação do Projeto de Sistema Viário da Klabin. Sendo uma proposta de consenso e benefício comum pelo desenvolvimento de toda a região, resta grande favorecimento na composição desta matéria para que possa ser aprovada por esta Comissão.

IV – VOTO DO RELATOR

Diante das exposições realizadas neste parecer e pelos benefícios ora relacionados à matéria, não vislumbra-se impedimentos no que se referem aos aspectos legais e constitucionais analisados pela CCJ, neste ato em relatoria pelo Deputado Alexandre Curi, nem mesmo quanto ao mérito honroso desta matéria em análise por esta Comissão, ficando evidente que tal proposição trará benefícios indiscutíveis ao município de Telêmaco Borba, merecendo total apoio desta Comissão.

Desta forma opto pelo Parecer Favorável ao referido Projeto de Lei 456/2014, em sua forma apresentada.

Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicação.
Sala das Comissões em 17 de novembro de 2014.

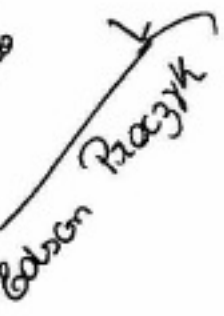

FRANCISCO BÜHRER
Presidente da Comissão


TERCÍLIO TURINI
Relator


Adelino Ribeiro


Elton Welter


Teruo Kato


Edson Praczyk


Jonas Guim.

PROJETO DE LEI 457/14

Autoriza o Poder Executivo a desafetar o trecho rodoviário que especifica, localizado no Município de Grandes Rios.

**A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
decretou e eu sanciono a seguinte lei.**

Art. 1º Autoriza o Poder Executivo a desafetar o trecho da PR-082, sob o código 082S0115EPR do Sistema Rodoviário Estadual, com 1,92 km de extensão, que liga o trevo de entroncamento das rodovias PR-082 e PR-451 ao Município de Grandes Rios, compreendido entre os pontos constantes do supracitado Sistema: 390 (coordenadas 24°08'45,91"S e 51°28'43,61"O) e 1549 (coordenadas 24°08'59,15"S e 51°29'47,69"O).

Art. 2º. Autoriza o Poder Executivo, nos termos do art. 10 da Constituição Estadual, a doar, ao Município de Grandes Rios, trecho referido no art. 1º desta Lei.

Art. 3º. Exclui do Sistema Rodoviário Estadual o trecho referido no art. 1º desta Lei.

Art. 4º. Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

MENSAGEM
Nº 109/2014

Curitiba, 29 de outubro de 2014.



PARANÁ

GOVERNO DO ESTADO
Gabinete do Governador

LIDO NO EXPEDIENTE
CON EDIDO APOIAMENTO À D. L.

Em, 04 NOV. 2014

1º Secretário

Senhor Presidente,

I - À DAP para leitura no expediente.

II - À DL para providências.

Em, 04/11/2014

Presidente

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para apreciação dessa Assembleia Legislativa, Anteprojeto de Lei que objetiva autorizar o Poder Executivo: a desafetar o trecho da PR-082, sob o código 082S0115EPR do Sistema Rodoviário Estadual, com 1,92 km de extensão, que liga o trevo de entroncamento das rodovias PR-082 e PR-451 ao Município de Grandes Rios, compreendido entre os pontos constantes do supracitado Sistema: 390 (coordenadas 24°08'45,91"S e 51°28'43,61"O) e 1549 (coordenadas 24°08'59,15"S e 51°29'47,69"O); doá-lo ao Município de Grandes Rios, nos termos do art. 10 da Constituição Estadual; e excluí-lo do Sistema Rodoviário Estadual.

A municipalização deriva de solicitação formal do Município de Grandes Rios, referendada por meio de Declaração de Anuência, na qual aquele ente expressa a sua concordância com a absorção do trecho rodoviário em questão.

Importante ressaltar que, do ponto de vista técnico, a municipalização justifica-se pelo fato do trecho rodoviário encontrar-se em área urbanizada e em processo de urbanização, devendo, portanto, integrar sua malha viária.

Para melhor justificar a conveniência e oportunidade da proposta e no sentido de bem instruir e esclarecê-la, é feita anexação de cópia das principais peças do processo protocolado que deu origem ao anexo Anteprojeto de Lei.

Certo de que a medida merecerá dessa Assembleia Legislativa o necessário apoio e consequente aprovação, feiteiro a Vossa Excelência meus protestos de apreço e consideração.


CARLOS ALBERTO RICH
Governador do Estado

Excelentíssimo Senhor
Deputado VALDIR ROSSONI
Presidente da Assembleia Legislativa do Estado
N/CAPITAL
AJB/Prot. 12.097.451-3



PODER LEGISLATIVO
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ

PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 457/2014

Projeto de Lei n.º 457/2014

Autor: Poder Executivo - Mensagem 109/2014

SÚMULA: Autoriza o Poder Executivo a desafetar o trecho rodoviário que especifica, localizado no Município de Grandes Rios.

EMENTA: DESAFETAÇÃO DE SEGMENTO RODOVIÁRIO ESTADUAL E DOAÇÃO AO MUNICÍPIO DE GRANDES RIOS. VIABILIZAÇÃO DO SISTEMA VIÁRIO. INICIATIVA PRIVATIVA DO PODER EXECUTIVO. POSSIBILIDADE. ARTS. 33 E 124 DO REGIMENTO INTERNO ALEP. ARTS. 10, 65 E 87 DA CONSTITUIÇÃO ESTADUAL DO PARANÁ. ARTIGO 1º DO DECRETO Nº 2706/2011. LEI COMPLEMENTAR Nº 95/98. CONSTITUCIONALIDADE. LEGALIDADE. APROVAÇÃO. PARECER FAVORÁVEL.

PREÂMBULO

O presente projeto de lei de autoria do Poder Executivo, através da Mensagem nº 109/2014, visa autorizar a desafetação do segmento estadual especificado, com a consequente doação ao Município de Grandes Rios.



PODER LEGISLATIVO
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ

FUNDAMENTAÇÃO

De início, compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33-A, I, do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada.

Art. 33-A Cabe à Comissão de Constituição e Justiça:

I - emitir parecer sobre as proposições quanto à sua constitucionalidade, legalidade, juridicidade, adequação regimental e caráter estrutural, em face do que dispõe a Lei Complementar Federal n.º 95, de 26 de fevereiro de 1998 e alterações posteriores.

Corroborando com tal entendimento, a Constituição do Estado do Paraná, senão vejamos.

Art. 65 A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembleia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.

Destarte, o artigo 124 do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná dispõe que a iniciativa dos projetos de lei caberá a qualquer membro da Assembleia.



PODER LEGISLATIVO
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ

Art. 124 A iniciativa dos projetos caberá a qualquer membro da Assembleia, ao Governador, dos Tribunais e ao Ministério Público, que poderão solicitar o seu arquivamento ou a sua restituição, em qualquer fase de sua tramitação.

Parágrafo único. Todos os projetos, ressalvada a competência exclusiva do Governador, dos Tribunais e do Ministério Público, terão origem na Assembleia, sob a iniciativa de qualquer Deputado ou Comissão.

Corrobora deste entendimento, a Constituição do Estado do Paraná, observe-se:

Art. 65 - A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembleia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.

Cumpre salientar que tal iniciativa legislativa, prevista na CONSTITUIÇÃO DO ESTADO DO PARANÁ, artigo 87, é do Governador do Estado, conforme segue:

Art. 87. Compete privativamente ao Governador:

III - exercer, com o auxílio dos Secretários de Estado, a direção superior da administração estadual;

No que tange ao objeto do projeto em tela, observa-se que o objetivo é desafetar o trecho rodoviário estadual, descrito no projeto.



PODER LEGISLATIVO
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ

Neste sentido, cumpre salientar que a desafetação é ato pelo qual o Poder Público retira do bem sua destinação de uso comum, cuja iniciativa é do Poder Executivo.

Nas palavras de José Cretella Júnior, é o *"fato ou a manifestação de vontade do Poder Público mediante a qual o bem do domínio público é subtraído à dominialidade pública para ser incorporado ao domínio privado, do Estado ou do administrado."*

No presente caso, frise-se, a desafetação é expressa, pois emanada de manifestação de vontade da administração que a concretizará, por meio de lei.

Diante disso, trata-se de competência do Poder Executivo, através da SECRETARIA DE ESTADO DE INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA, prevista pelo Decreto nº 2706/2011, artigo 1º, que determina as atribuições de planejamento, execução, coordenação e controle das atividades relativas à justiça, cidadania e direitos humanos, conforme segue:

Art. 1º A Secretaria de Estado de Infraestrutura e Logística - SEIL, nos termos da Lei nº 16.841, de 28 de junho de 2011 constitui órgão de primeiro nível hierárquico, de natureza substantiva, para orientação técnica especializada, planejamento, coordenação, fiscalização, controle e execução das atividades do setor de infraestrutura e logística no Estado.

Paragrafo único. O âmbito de atuação da Secretaria de Estado de Infraestrutura e Logística - SEIL refere-se aos modais de transporte:



PODER LEGISLATIVO
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ

rodoviário, ferroviário, aeroviário, aquaviário, dutoviário e
edificações de prédios públicos.

Ademais, quanto à doação dos segmentos especificados no artigo 2º
do projeto em tela, perfeitamente possível ante a previsão do artigo 10 da
Constituição do Estado do Paraná, adiante transcrito:

Art. 10. Os bens imóveis do Estado não podem ser objeto de
doação ou de utilização gratuita, salvo, e mediante lei, se o
beneficiário for pessoa jurídica de direito público interno, órgão ou
fundação de sua administração indireta ou entidade de assistência
social sem fins lucrativos, declarada de utilidade pública, ou para
fins de assentamentos de caráter social.

Parágrafo único. A alienação, a título oneroso, de bens imóveis do
Estado dependerá de autorização prévia da Assembleia Legislativa
e será precedida de concorrência pública, a qual será dispensada
quando o adquirente for uma das pessoas jurídicas de direito
público interno, referidas neste artigo, ou para fins de
assentamentos de caráter social.

Sendo assim, verifica-se que a iniciativa legislativa do Poder Executivo
está perfeitamente dentro da constitucionalidade e legalidade, necessárias.

Por fim, quanto à técnica legislativa, inexistem óbices ao disposto pela
Lei Complementar nº 95/98.



PODER LEGISLATIVO
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ

Cumpre-nos destacar, ainda, que a proposta não causa impacto financeiro, uma vez que não acarreta custos para o Poder Público, já que o que se pretende é apenas uma orientação para que os médicos solicitem o referido exame. Ainda assim, mesmo que fosse identificado qualquer prejuízo aos cofres públicos, a longo prazo, a aprovação da presente proposta trará grande economia financeira, já que a dosagem de vitamina D previne vários tipos de doenças, tais como: perda de função cardíaca, osteoporose, vários tipos de câncer, transtorno de humor, Alzheimer, e muitas outras.

A medicina preventiva deve ser promovida em nosso Estado, com o objetivo de evitar doenças e as consequências dessas para a sociedade. Além disso, com a aprovação da presente proposta, iremos estimular e atualizar os profissionais de saúde para que atuem de forma padronizada e eficiente.

Por fim, quanto à técnica legislativa, o projeto de lei em questão não encontra óbice frente à Lei Complementar 95/98.

CONCLUSÃO

Diante do exposto, opina-se pela APROVAÇÃO do presente Projeto de Lei, ante a sua CONSTITUCIONALIDADE E LEGALIDADE, na forma da análise anteriormente feita e do Parecer da Secretaria competente.

Sala das Comissões, 11 de Novembro de 2014.

NELSON JUSTUS
PRESIDENTE

BERNARDO RIBAS CARLI
RELATOR

GABINETE DO DEPUTADO ESTADUAL BERNARDO RIBAS CARLI

PRAÇA NOSSA SENHORA DE SALETE, S/Nº, GABINETE 802, CENTRO CIVICO, 80630-911, CURITIBA, PR | +55 41 3350-4298

APROVADO

01/11/14



PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 457/2014

Projeto de Lei nº 457/2014

Autor: Poder Executivo – Mensagem nº 109/2014

Súmula: Autoriza o Poder Executivo a desafetar o trecho rodoviário que especifica, localizado no Município de Grandes Rios.

I – PREÂMBULO

O presente **Projeto de Lei 457/2014** de autoria do Poder Executivo, através da **Mensagem 109/2014**, autoriza o Poder Executivo a desafetar o trecho da PR 082, sob o código 082S0115EPR do Sistema Rodoviário Estadual, com 1,92 km de extensão, que liga Rios, compreendido entre os pontos constantes do supracitado Sistema: 390 e 1549.

Esta proposta é uma iniciativa apresentada com base na solicitação formal da Prefeitura Municipal de Grandes Rios expressa no Ofício nº 029/2014 (FL 02) e referendada por meio de assinatura de Declaração de Anuência (FL 24), a qual informa interesse e sugestão de municipalização deste trecho com base na necessidade apresentada pela própria população, permitindo assim a utilização do trecho citado para investimentos e ampliação da área de urbanização e crescimento regional.

II - RELATÓRIO

Em conformidade com o art. 33-F, c/c com os arts. 42 e 50, II, do Regimento Interno desta Casa de Leis, fui designado relator da matéria tratada no **Projeto de Lei nº 457/2014**, na qual passo a relatar:

No que tange a matéria apresentada, passo a analisar o seu mérito voltado ao interesse público meramente justificado, já que o projeto objetiva beneficiar o município de Grandes Rios, com a municipalização do trecho da rodovia PR 082, do Sistema Rodoviário Estadual. Esta proposta permite com que a manutenção e conservação viária deste trecho passe a ser de competência Municipal, ampliando a possibilidade de investimentos de projetos de mobilidade urbana, com a



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicação

Presidente: Deputado Francisco Bühner; Vice-Presidente: Deputado Tercílio Turini
Deputado Adelfino Ribeiro; Elton Welter; Deputado Jonas Guimarães;
Deputado Pastor Edson Praczyk; Deputado Teruo Kato.



com a garantia de uma melhor trafegabilidade e incentivos de crescimento local. A municipalização do trecho citado da rodovia permitirá a viabilização de importantes projetos de mobilidade urbana, com crescimento regional e garantia de incentivos apostados pelo próprio município.

Este processo apenas facilita a manutenção e conservação viária pela prefeitura do trecho que dá continuidade a uma área urbana já existente, permitindo investimentos municipais com base em estudos técnicos que apontam a necessidade emergencial da população, com obras e ações no local que vão de encontro ao interesse público meramente justificado, sem qualquer prejuízos ou interrupção de ações já executadas na malha rodoviária supracitada.

Cumpramos a nós destacar que *"Compete à Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicação, manifestar-se sobre as proposições relativas a obras públicas, seu gozo, interrupção e alteração de empreendimentos públicos; concessão de serviços públicos; sobre trânsito e transporte; e, sobre comunicação em geral"*, nos termos do disposto no Art. 33 F, § 7º do Regimento Interno desta Casa de Leis.

Ao analisarmos o mérito da matéria em questão, destacamos a importância desta proposição. O Projeto de Lei 457/2014 em análise nesta Comissão, no que justifica-se, apresenta um mérito indiscutível em seu peso, evidenciada pelo Poder Executivo através da Mensagem 109/2014 a qual destaca a Municipalização de trecho da PR 082 que servirá de apoio para a implantação de projetos de crescimento e mobilidade urbana. Neste caso, ganha um mérito indiscutível ao vir de encontro ao interesse e a necessidade comum meramente justificada, conforme cita a Constituição do Estado do Paraná, no que diz respeito à necessidade do Estado em trabalhar ações em parceria com os Municípios sempre em prol da prestação eficiente dos serviços públicos para a população:

Art. 1º O Estado do Paraná, integrado de forma indissolúvel à República Federativa do Brasil, proclama e assegura o Estado democrático, a cidadania, a dignidade da pessoa humana, os valores sociais, do trabalho e da livre iniciativa, o pluralismo político e tem por princípios e objetivos:

VI - a prestação eficiente dos serviços públicos,
(...);



(Artigo 1º § I / Da Organização do Estado e dos Municípios / Constituição do Estado do Paraná)

Este procedimento levará em conta a declaração de anuência emitida pela Prefeitura Municipal de Grandes Rios, município que pleiteia a responsabilidade pela manutenção do trecho citado, destacando que a efetuação de procedimentos posteriores na melhoria viária, respeitará legalmente a implantação dos projetos já elaborados e a disponibilidade orçamentária municipal, de forma específica e devidamente justificada, sempre em prol do interesse público.

III – CONCLUSÕES

Baseando-se no artigo 12º da Constituição Estadual, no que se refere à Competência do Estado, ainda concluo relevando o Parágrafo único neste embasamento, no que cita a relação do Estado com os Municípios em razão, ao bem comum: *"A cooperação entre o Estado, a União e os Municípios será definida em lei complementar e visarà ao equilíbrio do desenvolvimento e do bem estar no âmbito estadual e municipal"*. (Art. 12º, Parágrafo Único, Seção II da Competência do Estado - Constituição do Estado do Paraná).

A Carta Magna dispõe em conjunto com a Constituição do Estado do Paraná ao tratar sua competência de forma a trabalhar a qualidade de vida e a busca de mecanismos que beneficiem a população, buscando a melhoria dos serviços e infraestrutura. Desta forma, o Projeto de Lei 457/2014, no que justifica-se, evidencia de forma clara o mérito proposto ao vir de encontro ao interesse de toda a população. Esta proposição faz referência à municipalização de um trecho rodoviário, que sem dúvida alguma é um ponto de referência para o Município de Grandes Rios, um ponto chave de localização e implantação de projetos de interesse populacional. Sendo esta uma proposta de consenso e benefício comum pelo desenvolvimento de toda a região, resta sem dúvida grande favorecimento na composição desta matéria para que possa ser aprovada por esta Comissão.



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
Centro Legislativo Presidente Anibal Khury
Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicação

Presidente: Deputado Francisco Bühner; Vice-Presidente: Deputado Tercílio Turini
Deputado Adelfino Ribeiro; Elton Welter; Deputado Jonas Guimarães;
Deputado Pastor Edson Praczyk; Deputado Teruo Kato.




IV – VOTO DO RELATOR

Diante das exposições realizadas neste parecer e pelos benefícios ora relacionados à matéria, não vislumbra-se impedimentos no que se referem aos aspectos legais e constitucionais analisados pela CCJ, neste ato em relatoria pelo Deputado Bernardo Ribas Carli, nem mesmo quanto ao mérito honroso desta matéria em análise por esta Comissão, ficando evidente que tal proposição trará benefícios indiscutíveis ao município de Grandes Rios, merecendo total apoio desta Comissão.


Desta forma opto pelo Parecer Favorável ao referido Projeto de Lei 457/2014, em sua forma apresepada.

*Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicação.
Sala das Comissões em 17 de novembro de 2014.*


FRANCISCO BÜHRER
Presidente da Comissão


TERCÍLIO TURINI
Relator


Adelfino Rib.


Teruo Kato


Elton Welter


Jonas Guimarães


Edson Praczyk

PROJETO DE LEI 458/14.

Autoriza o Poder Executivo a estadualizar a Estrada Municipal que especifica, que liga o Município de Porto Rico e o Distrito de Porto São José, da circunscrição administrativa de São Pedro do Paraná.

**A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
decretou e eu sanciono a seguinte lei.**

Art. 1º Autoriza o Poder Executivo a estadualizar, de acordo com a disponibilidade orçamentária, a Estrada Intermunicipal que liga o Município de Porto Rico ao Distrito de Porto São José, da circunscrição administrativa de São Pedro do Paraná, com extensão de 10,95 km, que inicia no ponto de Porto Rico de coordenadas -22°46'32,61" e -53°15'43,59" e finaliza no ponto de Porto São José de coordenadas -22°43'24,08" e -53°10'36,25".

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

MENSAGEM
Nº 110/2014

Curitiba, 29 de outubro de 2014.

I - À DAP para leitura no expediente.

II - À DL para providências.

Em, 4/11/2014

Presidente



PARANÁ

GOVERNO DO ESTADO
Gabinete do Governador



Senhor Presidente,

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para apreciação dessa Assembleia Legislativa, Anteprojeto de Lei que objetiva autorizar o Poder Executivo a estadualizar, de acordo com a disponibilidade orçamentária, a Estrada Intermunicipal que liga o Município de Porto Rico ao Distrito de Porto São José, da circunscrição administrativa de São Pedro do Paraná, com extensão de 10,95 km, que inicia no ponto de Porto Rico de coordenadas -22°46'32,61" e -53°15'43,59" e finaliza no ponto de Porto São José de coordenadas -22°43'24,08" e -53°10'36,25".

A presente proposição justifica-se pela necessidade da incorporação do referido trecho à malha rodoviária estadual, o que propiciará a sua pavimentação, conservação e manutenção, que são praticamente impossíveis com os recursos municipais.

Vale mencionar o incentivo à industrialização e o melhor escoamento da produção agrícola, o que garante avanços significativos nos indicadores econômicos e sociais da região.

Do ponto de vista técnico, justifica-se a estadualização da referida estrada por se tratar de ligação direta entre o Município de Porto Rico e o Distrito Porto São José, permitindo o acesso de pessoas e cargas entre os municípios e a conexão de interesse inter-regional à balsa de Porto São José, que liga a malha estadual ao Estado do Mato Grosso do Sul, além de fomentar o turismo da região, pois se verificou, em vistoria ao local, a utilização desta estrada pelos turistas como acesso àquela região.

Além disso, a estadualização da rodovia em tela oferecerá à população local a garantia de trafegabilidade com maior rapidez, segurança e economia.

Para melhor justificar a conveniência e oportunidade da proposta e no sentido de bem instruir e esclarecê-la, é feita anexação de cópia das principais peças do processo protocolado que deu origem ao anexo Anteprojeto de Lei.

Certo de que a medida merecerá dessa Assembleia Legislativa o necessário apoio e consequente aprovação, reitero à Vossa Excelência meus protestos de apreço e consideração.

CARLOS ALBERTO RICHIA
Governador do Estado

Excelentíssimo Senhor
Deputado VALDIR ROSSONI
Presidente da Assembleia Legislativa do Estado
N/CAPITAL
AJB/Prot. 13.273.125-0

LIDO NO EXPEDIENTE
CONCEDIDO APOIAMENTO A.D.L.
Em, 04 NOV. 2014

1º Secretário



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 458/2014

Projeto de Lei nº 458/2014

Autor: Poder Executivo – Mensagem 110/2014

Súmula: Autoriza o Poder Executivo a estadualizar a Estrada Municipal que liga o Município de Porto Rico e o Distrito de Porto São José, da circunscrição administrativa de São Pedro do Paraná.

**EMENTA: ESTADUALIZAÇÃO DE SEGMENTO
RODOVIÁRIO MUNICIPAL DE ACORDO COM A
DISPONIBILIDADE ORÇAMENTÁRIA.
VIABILIZAÇÃO DO SISTEMA VIÁRIO. INICIATIVA
PRIVATIVA DO PODER EXECUTIVO.
POSSIBILIDADE. ARTS. 33 E 124 DO
REGIMENTO INTERNO ALEP. ARTS. 65 E 87 DA
CONSTITUIÇÃO ESTADUAL DO PARANÁ.
ARTIGO 1º DO DECRETO Nº 2706/2011. LEI
COMPLEMENTAR Nº 95/98.
CONSTITUCIONALIDADE. LEGALIDADE.
APROVAÇÃO. PARECER FAVORÁVEL.**



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



PREÂMBULO

O presente projeto de lei de autoria do Poder Executivo, através da Mensagem nº 110/2014, visa autorizar a estadualização, de acordo com a disponibilidade orçamentária, da Estrada Intermunicipal que liga o Município de Porto Rico ao Distrito de Porto São José, da circunscrição administrativa de São Pedro do Paraná.

FUNDAMENTAÇÃO

De início, compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33-A, inciso I do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada:

Art. 33 – A. Cabe à Comissão de Constituição e Justiça:

I - emitir parecer sobre as proposições quanto à sua constitucionalidade, legalidade, juridicidade, adequação regimental e caráter estrutural, em face do que dispõe a Lei Complementar Federal nº 95, de 26 de fevereiro de 1998 e alterações posteriores. (grifo nosso)

Sobre a iniciativa de Projetos de Lei, dispõe o Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná:

Art. 124. A iniciativa dos projetos caberá a qualquer membro da Assembleia, ao Governador, dos Tribunais e ao Ministério



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



Público, que poderão solicitar o seu arquivamento ou a sua restituição, em qualquer fase de sua tramitação.

Parágrafo único. Todos os projetos, ressalvada a competência exclusiva do Governador, dos Tribunais e do Ministério Público, terão origem na Assembléia, sob a iniciativa de qualquer Deputado ou Comissão. (grifo nosso)

Ainda, sobre a iniciativa das Leis, oportuno observar a Constituição do Estado do Paraná, em seu art. 65:

Art. 65. A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembléia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição. (grifo nosso)

Cumpre salientar que tal iniciativa legislativa, prevista na **CONSTITUIÇÃO DO ESTADO DO PARANÁ**, artigo 87, é do Governador do Estado, conforme segue:

Art. 87. Compete privativamente ao Governador:
(...)

III - exercer, com o auxílio dos Secretários de Estado, a direção superior da administração estadual; (grifo nosso)



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



No que tange ao objeto do projeto em tela, observa-se que prevê a estadualização de segmento rodoviário, devidamente discriminado no projeto.

Diante disso, trata-se de competência do Poder Executivo, através da **SECRETARIA DE ESTADO DE INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA**, prevista pelo **Decreto nº 2706/2011**, artigo 1º, que determina as atribuições, conforme segue:

Art. 1º A Secretaria de Estado de Infraestrutura e Logística - SEIL, nos termos da Lei nº 16.841, de 28 de junho de 2011 constitui órgão de primeiro nível hierárquico, de natureza substantiva, para orientação técnica especializada, planejamento, coordenação, fiscalização, controle e execução das atividades do setor de infraestrutura e logística no Estado.

Paragrafo único. O âmbito de atuação da Secretaria de Estado de Infraestrutura e Logística - SEIL refere-se aos modais de transporte: rodoviário, ferroviário, aeroviário, aquaviário, dutoviário e edificações de prédios públicos.

Ainda, necessário salientar, que o presente projeto determina que os recursos necessários para a estadualização, serão conforme a disponibilidade orçamentária, nos termos do artigo 1º.

Sendo assim, verifica-se que o projeto de lei tem amparo constitucional e legal, bem como, quanto à técnica legislativa, inexistem óbices ao disposto pela Lei Complementar nº 95/98.



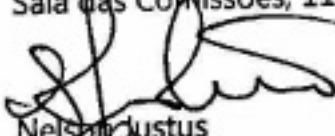
Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



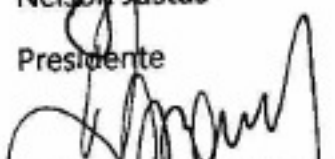
CONCLUSÃO

Diante do exposto, opina-se pela **APROVAÇÃO** do presente
Projeto de Lei, em virtude de sua **CONSTITUCIONALIDADE E LEGALIDADE**.

Sala das Comissões, 11 de novembro de 2014


Nelson Justus

Presidente


Luiz Claudio Romanelli

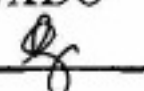
Relator


Dep. Scarpone


Dep. Termos


Dep. Luri


Dep. Lurini

APROVADO
11.11.14 


Dep. Pastor


Dep. Leupion


Dep. Noiauo


Dep. Tadeu



PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 458/2014

Projeto de Lei nº 458/2014

Autor: Poder Executivo – Mensagem nº 110/2014

Súmula: Autoriza o Poder Executivo a estadualizar a estrada municipal que liga o município de Porto Rico e o Distrito de Porto São José, da circunscrição administrativa de São Pedro do Paraná.

I – PREÂMBULO

O presente **Projeto de Lei 458/2014** de autoria do Poder Executivo, através da **Mensagem 110/2014**, autoriza o Poder Executivo a Estadualizar, de acordo com a disponibilidade orçamentária, a Estrada Intermunicipal que liga o Município de Porto Rico ao Distrito de Porto São José, da circunscrição administrativa de São Pedro do Paraná, com extensão de 10,95 km, que inicia no ponto de Porto Rico de coordenadas -22°46'32,61" e -53°15'43,59" e finaliza no ponto de Porto São José de coordenadas -22°43'24,08" e -53°10'36,25".

Esta proposta é uma iniciativa já apresentada anteriormente, com base na proposição indicativa de nº 689/2012 de autoria do Deputado Luiz Accorsi, a qual sugere a estadualização deste trecho com base na necessidade apresentada pela própria população, permitindo assim a conservação e manutenção do trecho citado pelo órgão competente do Estado.

II - RELATÓRIO

Em conformidade com o art. 33-F, c/c com os arts. 42 e 50, II, do Regimento Interno desta Casa de Leis, fui designado relator da matéria tratada no **Projeto de Lei nº 458/2014**, na qual passo a relatar:

No que tange a matéria apresentada, passo a analisar o seu mérito voltado ao interesse público meramente justificado, já que o projeto objetiva beneficiar os municípios de Porto Rico e São Pedro do Paraná, através do seu distrito de Porto São José, com a estadualização do trecho que liga estas regiões.



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicação
Presidente: Deputado Francisco Bühner; Vice-Presidente: Deputado Tercílio Turini
Deputado Adelfino Ribeiro; Elton Welter; Deputado Jonas Guimarães;
Deputado Pastor Edson Praczyk; Deputado Teruo Kato.



Esta proposta permite com que a manutenção e conservação deste local passe a ser de competência do Estado, ampliando a possibilidade de investimentos e melhoria da malha rodoviária, com a garantia de uma melhor trafegabilidade e incentivos de crescimento regional. Hoje este processo é baseado na instalação de grandes polos industriais que utilizam-se da rodovia para escoamento diário de sua produção, além de ser uma conexão de interesse inter-regional à balsa de Porto São José e ligar a malha estadual ao Estado do Mato Grosso do Sul, através da fomentação do turismo na região.

Esta proposição busca apenas facilita a manutenção e conservação viária do trecho que equivale a aproximadamente 10,95 km, com investimentos de pavimentação e infraestrutura que trarão segurança e desenvolvimento do turismo regional, sem que para isso haja interrupção em qualquer ação já executada ou até mesmo qualquer prejuízo para a malha rodoviária estadual.

Cumpramos a nós destacar que *"Compete à Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicação, manifestar-se sobre as proposições relativas a obras públicas, seu gozo, interrupção e alteração de empreendimentos públicos; concessão de serviços públicos; sobre trânsito e transporte; e, sobre comunicação em geral"*, nos termos do disposto no Art. 33 F, § 7º do Regimento Interno desta Casa de Leis.

Ao analisarmos o mérito da matéria em questão, destacamos a importância desta proposição. O **Projeto de Lei 458/2014** em análise nesta Comissão, no que justifica-se, apresenta um mérito indiscutível em seu peso, evidenciada pelo Poder Executivo através da Mensagem 110/2014 a qual destaca a estadualização de um trecho que hoje serve de referência para a conexão entre dois municípios, apresentando dificuldades em sua conservação por atualmente ser uma rodovia de responsabilidade municipal. Neste caso, ganha um mérito indiscutível ao vir de encontro ao interesse e a necessidade comum meramente justificada, conforme cita a Constituição do Estado do Paraná, no que diz respeito à necessidade do Estado em trabalhar ações em prol da prestação eficiente dos serviços públicos para a população:

Art. 1º O Estado do Paraná, integrado de forma indissolúvel à República Federativa do Brasil,



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicação

Presidente: Deputado Francisco Bühner; Vice-Presidente: Deputado Tercílio Turini
Deputado Adelino Ribeiro; Elton Welter; Deputado Jonas Guimarães;
Deputado Pastor Edson Praczyk; Deputado Teruo Kato.



proclama e assegura o Estado democrático, a cidadania, a dignidade da pessoa humana, os valores sociais, do trabalho e da livre iniciativa, o pluralismo político e tem por princípios e objetivos:

VI - a prestação eficiente dos serviços públicos,
(...);

(Artigo 1º § I / Da Organização do Estado e dos Municípios / Constituição do Estado do Paraná)

Lembrando que esta proposição deriva de uma análise técnica em resposta ao Ofício nº 737/2012-DAP/SA, acompanhada do parecer técnico favorável emitido pela secretaria de Estado de Infraestrutura e Logística em parceria com o DER, a qual afirma estar ciente da importância deste processo para a população.

Este procedimento levará em conta a declaração de anuência emitida pela Prefeitura Municipal de Porto Rico, município de atual responsabilidade pela manutenção do trecho citado, destacando que a efetuação de procedimentos posteriores para a melhoria viária, respeitará legalmente a observação da disponibilidade orçamentária estadual, de forma específica e devidamente justificada.

III – CONCLUSÕES

Baseando-se no artigo 12º da Constituição Estadual, no que se refere à Competência do Estado, ainda concluo relevando o Parágrafo único neste embasamento, no que cita a relação do Estado com os Municípios em razão ao bem comum: *"A cooperação entre o Estado, a União e os Municípios será definida em lei complementar e visará ao equilíbrio do desenvolvimento e do bem estar no âmbito estadual e municipal"*. (Art. 12º, Parágrafo Único, Seção II da Competência do Estado - Constituição do Estado do Paraná).

A Carta Magna dispõe em conjunto com a Constituição do Estado do Paraná ao tratar sua competência de forma a trabalhar a qualidade de vida e a busca de mecanismos que beneficiem a população, pela melhoria dos serviços e infraestrutura. Desta forma, o **Projeto de Lei 458/2014**, no que justifica-se, evidencia de forma clara o mérito proposto ao vir de encontro ao interesse de toda a população. Esta proposição faz referência à estadualização de um trecho rodoviário, que sem dúvida alguma torna-se um ponto de referência entre os municípios, a



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicação

Presidente: Deputado Francisco Bühner; Vice-Presidente: Deputado Tercílio Turini
Deputado Adelino Ribeiro; Elton Welter; Deputado Jonas Guimarães;
Deputado Pastor Edson Praczyk; Deputado Teruo Kato.




população local e os investimentos de turismo e industrialização. Sendo uma proposta de consenso e benefício comum pela segurança e desenvolvimento do tráfego local, restando grande favorecimento na composição desta matéria para que possa ser aprovada por esta Comissão.

IV – VOTO DO RELATOR

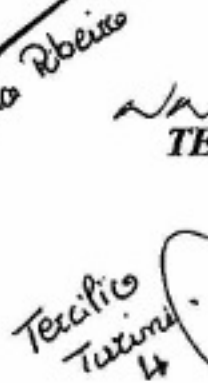
Diante das exposições realizadas neste parecer e pelos benefícios ora relacionados à matéria, não vislumbra-se impedimentos no que se referem aos aspectos legais e constitucionais analisados pela CCJ, neste ato em relatoria pelo Deputado Luiz Claudio Romanelli, nem mesmo quanto ao mérito honroso desta matéria em análise por esta Comissão, ficando evidente que tal proposição trará benefícios indiscutíveis ao município de Porto Rico e ao Distrito de Porto São José, merecendo total apoio desta Comissão.

Desta forma opto pelo Parecer Favorável ao referido Projeto de Lei 458/2014, em sua forma apresentada.

Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicação.
Sala das Comissões em 17 de novembro de 2014.


FRANCISCO BÜHRER
Presidente da Comissão


TERUO KATO
Relator


Tercílio Turini


Elton Welter


Jonas Guim.


Edson Praczyk



PARANÁ

GOVERNO DO ESTADO
Gabinete do Governador

PROJETO DE LEI 459/14

Autoriza o Poder Executivo a desafetar os trechos rodoviários que especifica, localizados no Município de Londrina.

**A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
decretou e eu sanciono a seguinte lei.**

Art. 1º Autoriza o Poder Executivo a desafetar os trechos da PR-545, sob os códigos do Sistema Rodoviário Estadual descritos abaixo:

- I. 545D0020EPR e 545E0020EPR, duplicados, com 1,59 km de extensão, compreendidos entre os pontos de coordenadas 206 (-23°15'31,17" e -51°09'27,38") e 1749 (-23°16'11,76" e -51°08'56,07");
- II. 545D0030EPR e 545E0030EPR, duplicados, com 1,26 km de extensão, compreendidos entre os pontos de coordenadas 1749 (-23°16'11,76" e -51°08'56,07") e 209 (-23°16'49,85" e -51°08'56,64");
- III. 545D0040EPR e 545E0040EPR, duplicados, com 1,47 km de extensão, compreendidos entre os pontos de coordenadas 209 (-23°16'49,85" e -51°08'56,64") e 1863 (-23°17'34,85" e -51°08'48,20").

Art. 2º Autoriza o Poder Executivo, nos termos do art. 10 da Constituição Estadual, a doar, ao Município de Londrina, os trechos referidos no art. 1º desta Lei.

Art. 3º Exclui do Sistema Rodoviário Estadual os trechos referidos no art. 1º desta Lei.

Art. 4º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

MENSAGEM
Nº 111 /2014

Curitiba, 29 de outubro de 2014.

I - À DAP para leitura no expediente.
II - À DL para providências.
Em, 04/11/2014
Presidente


PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO
Gabinete do Governador

Senhor Presidente,

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para apreciação dessa Assembleia Legislativa, Anteprojeto de Lei que objetiva autorizar o Poder Executivo a: desafetar os trechos da PR-545, sob os códigos do Sistema Rodoviário Estadual 545D0020EPR e 545E0020EPR, duplicados, com 1,59 km de extensão, compreendidos entre os pontos de coordenadas 206 (-23°15'31,17" e -51°09'27,38") e 1749 (-23°16'11,76" e -51°08'56,07"); 545D0030EPR e 545E0030EPR, duplicados, com 1,26 km de extensão, compreendidos entre os pontos de coordenadas 1749 (-23°16'11,76" e -51°08'56,07") e 209 (-23°16'49,85" e -51°08'56,64"); e 545D0040EPR e 545E0040EPR, duplicados, com 1,47 km de extensão, compreendidos entre os pontos de coordenadas 209 (-23°16'49,85" e -51°08'56,64") e 1863 (-23°17'34,85" e -51°08'48,20"), doá-los ao Município de Londrina, nos termos do art. 10 da Constituição Estadual, a doar, ao Município de Londrina, os trechos referidos no art. 1º desta Lei e, ainda, excluí-los do Sistema Rodoviário Estadual.

A municipalização deriva de solicitação formal do Município de Londrina, referendada por meio de Declaração de Anuência, na qual aquele ente expressa a sua concordância com a absorção dos trechos rodoviários em questão.

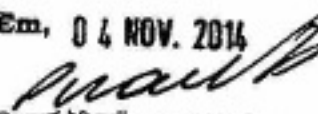
Importante ressaltar que, do ponto de vista técnico, a municipalização viabilizará a implantação de dois projetos de mobilidade urbana, o Sistema BRT - *Bus Rapid Transit* e do Trem Pé Vermelho, pois se identificou que os trechos acima relacionados se encontram na área de influência de implantação de ambos os projetos.

Para melhor justificar a conveniência e oportunidade da proposta e no sentido de bem instruir e esclarecê-la, é feita anexação de cópia das principais peças do processo protocolado que deu origem ao anexo Anteprojeto de Lei.

Certo de que a medida merecerá dessa Assembleia Legislativa o necessário apoio e consequente aprovação, reitero a Vossa Excelência meus protestos de apreço e consideração.


CARLOS ALBERTO RICHÁ
Governador do Estado

Excelentíssimo Senhor
Deputado VALDIR ROSSONI
Presidente da Assembleia Legislativa do Estado
N/CAPITAL
AJB/Prot. 11.876.632-8

LIDO NO EXPEDIENTE
CONCEDIDO APOIAMENTO A D. L.
Em, 04 NOV. 2014

Secretário



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



PARECER AO PROJETO DE LEI 459/2014

Projeto de Lei nº 459/2014

Autor: Poder Executivo – Mensagem nº. 111/2014

Súmula: Autoriza o Poder Executivo a desafetar os trechos rodoviários que especifica, localizados no Município de Londrina.

EMENTA: AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A DESAFETAR OS TRECHOS RODOVIÁRIOS QUE ESPECIFICA, LOCALIZADOS NO MUNICÍPIO DE LONDRINA. POSSIBILIDADE. POSSIBILIDADE. INICIATIVA PRIVATIVA DO CHEFE DO PODER EXECUTIVO. LEGITIMIDADE AFERIDA. ARTS. 65, 66 E 87 DA CE. CONSTITUCIONAL. PARECER PELA APROVAÇÃO.

PREÂMBULO

O presente projeto de lei, de autoria do Poder Executivo, através da Mensagem nº 111/2014, visa autorizar o Poder Executivo a desafetar os trechos rodoviários que especifica, localizados no Município de Londrina.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

FUNDAMENTAÇÃO

De início, compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33-A, I do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada:

Art. 33-A. Cabe à Comissão de Constituição e Justiça:

I – emitir parecer sobre as proposições quanto a sua constitucionalidade, legalidade, juridicidade, adequação regimental e caráter estrutural, em face do que dispõe a Lei Complementar 95, de 26 de fevereiro de 1998 e alterações posteriores.

Ademais, verifica-se que o chefe do Poder Executivo detém a competência necessária para apresentar o Projeto de Lei ora em tela, conforme aduz o artigo 124 do Regimento Interno desta Casa de Leis:

Art. 124. A iniciativa dos projetos caberá a qualquer membro da Assembleia, ao Governador, dos Tribunais e ao Ministério Público, que poderão solicitar o seu arquivamento ou a sua restituição, em qualquer fase de sua tramitação.

Parágrafo único. Todos os projetos, ressalvada a competência exclusiva do Governador, dos Tribunais e do Ministério Público, terão origem na Assembleia, sob a iniciativa de qualquer Deputado ou Comissão.

Corroborando deste entendimento, a Constituição do Estado do Paraná, observe-se:



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

Art. 65. A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembleia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.

A Constituição do Estado do Paraná estabelece que são de iniciativa privativa do Governador as leis que disponham sobre a criação, estruturação e atribuição das Secretarias de Estado e órgãos da Administração Pública, bem como da organização e funcionamento da administração estadual, nos termos dos artigos 66 e 87:

Art. 66. Ressalvado o disposto nesta Constituição, são de iniciativa privativa do Governador do Estado as leis que disponham sobre:

IV - criação, estruturação e atribuição das Secretarias de Estado e órgãos da Administração Pública.

Art. 87. Compete privativamente ao Governador:

VI - dispor sobre a organização e o funcionamento da administração estadual, na forma da lei;

Vislumbra-se, portanto, que o Poder Executivo detém a competência necessária para propor o presente Projeto de Lei.

Destarte, devemos observar que o projeto de lei não viola a Lei Complementar Federal nº. 101/00.




Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça


Por fim, no que tange às normas de elaboração normativa, previstas na Lei Complementar 95/98, o presente projeto encontra-se revestido de legalidade.

CONCLUSÃO

Diante do exposto, opina-se pela **APROVAÇÃO** do presente Projeto de Lei, em virtude de sua **CONSTITUCIONALIDADE** e **LEGALIDADE**, por estarem presentes todos os requisitos Constitucionais, legais e de técnica legislativa.

Sala das Comissões, 03 de novembro de 2014.


DEP. NELSON JUSTUS
Presidente


Relator
Terini








APROVADO

11.11.14

Praça Nossa Senhora da Saleta s/nº - Centro Cívico - Curitiba - Paraná


Dep. Leuprian



PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 459/2014

Projeto de Lei nº 459/2014
Autor: Poder Executivo – Mensagem nº 111/2014

Súmula: Autoriza o Poder Executivo a desafetar os trechos rodoviários que especifica, localizados no Município de Londrina.

I – PREÂMBULO

O presente **Projeto de Lei 459/2014** de autoria do Poder Executivo, através da **Mensagem 111/2014**, autoriza o Poder Executivo a desafetar os trechos da PR 545, sob os códigos do Sistema Rodoviário Estadual que compreendem entre: I) 545d0020EPR e 545E0020EPR, duplicados, com 1,59 km de extensão, compreendidos entre os pontos de coordenadas 206 e 1749; II) 545D0030EPR e 545E0030EPR, duplicados, com 1,26 km de extensão, compreendidos entre os pontos de coordenadas 1749 e 209; III) 545D0040EPR e 545E0030EPR, duplicados, com 1,47 km de extensão, compreendidos entre os pontos de coordenadas 209 e 1863.

Esta proposta é uma iniciativa apresentada com base na solicitação formal da Prefeitura Municipal de Londrina expressa no Ofício nº 682/2014-GAB (FL 26) e referendada por meio de assinatura de Declaração de Anuência (FL 28), a qual informa interesse e sugestão de municipalização dos trechos citados, com base na necessidade apresentada pela própria população, permitindo assim a utilização das vias para investimentos e ampliação da área de urbanização e crescimento regional.

II - RELATÓRIO

Em conformidade com o art. 33-F, c/c com os arts. 42 e 50, II, do Regimento Interno desta Casa de Leis, fui designado relator da matéria tratada no **Projeto de Lei nº 459/2014**, na qual passo a relatar:

No que tange a matéria apresentada, passo a analisar o seu mérito voltado ao interesse público meramente justificado, já que o projeto objetiva



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicação

Presidente: Deputado Francisco Bühner; Vice-Presidente: Deputado Tercílio Turini
Deputado Adelino Ribeiro; Elton Weiler; Deputado Jonas Guimarães;
Deputado Pastor Edson Praczyk; Deputado Teruo Kato.



beneficiar o município de Londrina, com a municipalização de trechos da rodovia PR 545, que liga o distrito de Warta ao município de Londrina. Esta proposta permite com que a manutenção e conservação viária passe a ser de competência Municipal, ampliando a possibilidade de investimentos de projetos de mobilidade urbana, com a garantia de uma melhor trafegabilidade e incentivos de crescimento local. A municipalização dos trechos citados da rodovia permitirá a viabilização de dois importantes projetos de mobilidade urbana, como a implantação dos Projetos do Sistema BRT-Bus Rapid Transit e do trem Pé Vermelho, já que identificou-se que os trechos acima referenciados encontram-se na área de influência de implantação de ambos os projetos, necessitando-se desta forma a municipalização das áreas citadas.

Este processo apenas facilita a manutenção e conservação viária pela prefeitura dos trechos que darão continuidade a uma área urbana já existente, permitindo investimentos municipais com base em estudos técnicos que apontam a necessidade emergencial da população, com obras e ações municipais que vão de encontro ao interesse público meramente justificado, sem qualquer prejuízo ou interrupção de ações já executadas na malha rodoviária supracitada.

Cumpra a nós destacar que *"Compete à Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicação, manifestar-se sobre as proposições relativas a obras públicas, seu gozo, interrupção e alteração de empreendimentos públicos; concessão de serviços públicos; sobre trânsito e transporte; e, sobre comunicação em geral"*, nos termos do disposto no Art. 33 F, § 7º do Regimento Interno desta Casa de Leis.

Ao analisarmos o mérito da matéria em questão, destacamos a importância desta proposição. O Projeto de Lei 459/2014 em análise nesta Comissão, no que justifica-se, apresenta um mérito indiscutível em seu peso, evidenciada pelo Poder Executivo através da Mensagem 111/2014 a qual destaca a Municipalização de trechos da PR 545 que servirão de apoio para a implantação de projetos de crescimento e mobilidade urbana. Neste caso, ganha um mérito indiscutível ao vir de encontro ao interesse e a necessidade comum meramente justificada, conforme cita a Constituição do Estado do Paraná, no que diz respeito à necessidade do Estado em trabalhar ações em parceria com os Municípios sempre em prol da prestação eficiente dos serviços públicos para a população:



Art. 1º O Estado do Paraná, integrado de forma indissolúvel à República Federativa do Brasil, proclama e assegura o Estado democrático, a cidadania, a dignidade da pessoa humana, os valores sociais, do trabalho e da livre iniciativa, o pluralismo político e tem por princípios e objetivos:

VI - a prestação eficiente dos serviços públicos,
(...);

(Artigo 1º § I / Da Organização do Estado e dos Municípios / Constituição do Estado do Paraná)

Lembrando que esta proposição deriva de uma análise técnica que adotou o entendimento do Despacho nº 2.508/2014-CTL/CC do protocolo 13.267.455-8 (FL39), dando consentimento favorável à proposição apresentada.

Este procedimento levará em conta a declaração de anuência emitida pela Prefeitura Municipal de Londrina, município que pleiteia a responsabilidade pela manutenção dos trechos citados, destacando que a efetuação de procedimentos posteriores para a melhoria viária, respeitará legalmente a implantação dos projetos já elaborados e a disponibilidade orçamentária municipal, de forma específica e devidamente justificada em prol do interesse público.

III – CONCLUSÕES

Baseando-se no artigo 12º da Constituição Estadual, no que se refere à Competência do Estado, ainda concluo relevando o Parágrafo único neste embasamento, no que cita a relação do Estado com os Municípios em razão ao bem comum: *“A cooperação entre o Estado, a União e os Municípios será definida em lei complementar e visará ao equilíbrio do desenvolvimento e do bem estar no âmbito estadual e municipal”*. (Art. 12º, Parágrafo Único, Seção II da Competência do Estado - Constituição do Estado do Paraná).

A Carta Magna dispõe em conjunto com a Constituição do Estado do Paraná ao tratar sua competência de forma a trabalhar a qualidade de vida e a busca de mecanismos que beneficiem a população, sempre pela melhoria dos serviços e infraestrutura. Desta forma, o Projeto de Lei 459/2014, no que justifica-se, evidencia de forma clara o mérito proposto ao vir de encontro ao interesse de



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicação

Presidente: Deputado Francisco Bühner; Vice-Presidente: Deputado Tercílio Turini
Deputado Adelino Ribeiro; Elton Welter; Deputado Jonas Guimarães;
Deputado Pastor Edson Praczyk; Deputado Teruo Kato.



toda a população. Esta proposição faz referência à municipalização de trechos rodoviários, que sem dúvida alguma tornam-se um ponto essencial para o Município de Londrina e um ponto chave de localização para a implantação de projetos de interesse populacional. Sendo uma proposta de consenso e benefício comum pelo desenvolvimento de toda a região, resta grande favorecimento na composição desta matéria para que possa ser aprovada por esta Comissão.

IV – VOTO DO RELATOR

Diante das exposições realizadas neste parecer é pelos benefícios ora relacionados à matéria, não vislumbra-se impedimentos no que se referem aos aspectos legais e constitucionais analisados pela CCJ, neste ato em relatoria pelo Deputado Tercílio Turini, nem mesmo quanto ao mérito honroso desta matéria em análise por esta Comissão, ficando evidente que tal proposição trará benefícios indiscutíveis ao município de Londrina, merecendo total apoio desta Comissão.

Desta forma opto pelo Parecer Favorável ao referido Projeto de Lei 459/2014, em sua forma apresentada:

Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicação.
Sala das Comissões em 17 de novembro de 2014.

Francisco Bühner
FRANCISCO BÜHRER
Presidente da Comissão

Adelino Ribeiro
ADELINO RIBEIRO

Jonas Guimarães
JONAS GUIMARÃES
Relator

Tercílio Turini
TERCÍLIO TURINI

Teruo Kato
TERUO KATO

Pastor Edson Praczyk
PASTOR EDSON PRACZYK

Elton Welter
ELTON WELTER



PARANÁ

GOVERNO DO ESTADO
Gabinete do Governador



PROJETO DE LEI 462/14

Súmula: Dá nova redação ao art. 7º da Lei nº 16.372, de 30 de dezembro de 2009, alterado pelas Leis nºs 17.068, de 23 de janeiro de 2012, 17.204, de 29 de junho de 2012 e 17.894, de 27 de dezembro de 2013

***A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
decretou e eu sanciono a seguinte lei:***

Art. 1º O art. 7º da Lei nº 16.372, de 30 de dezembro de 2009, alterado pelas Leis nºs 17.068, de 23 de janeiro de 2012, 17.204, de 29 de junho de 2012 e 17.894, de 27 de dezembro de 2013, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 7º Os atuais cargos de confiança e as funções gratificadas de todas as simbologias atualmente praticadas pelas Instituições Estaduais de Ensino Superior – IEES ficarão extintos em 31 de dezembro de 2016."

Art. 2º Autoriza as Secretarias de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior – SETI, do Planejamento e Coordenação Geral – SEPL e da Fazenda – SEFA, a promover os ajustes orçamentários e financeiros nos orçamentos das Instituições Estaduais de Ensino Superior – IEES, necessários ao cumprimento desta Lei.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.



I – À DAP para leitura no expediente.
II – À DL para providências.
Em, 10/11/2014

Presidente



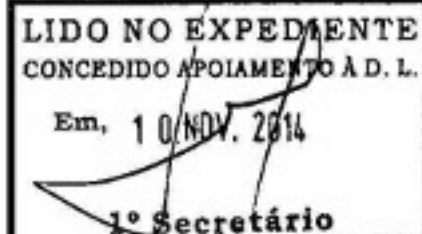
PARANÁ

GOVERNO DO ESTADO
Gabinete do Governador

MENSAGEM

Nº 112/2014

Curitiba, 04 de novembro de 2014



Senhor Presidente,

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para ser apreciado por essa Assembleia Legislativa, Anteprojeto de Lei que objetiva dar nova redação ao art. 7º da Lei nº 16.372, de 30 de dezembro de 2009, alterado pelas Leis nºs 17.068, de 23 de janeiro de 2012, 17.204, de 29 de junho de 2012 e 17.894, de 27 de dezembro de 2013, conforme especifica.

A Lei nº 16.372, de 2009, estabeleceu o quantitativo para a regularização de cargos em comissão destinados a atender a encargos de direção, de chefia ou de assessoramento superior nas Instituições Estaduais de Ensino Superior – IEES.

A referida Lei não contemplou minimamente as estruturas necessárias para a manutenção das atividades desenvolvidas pelas Universidades e sequer considerou a necessidade de estrutura administrativa para os Hospitais Universitários.

Através da Lei nº 17.894, de 2013, foi prorrogado para até 31 de dezembro de 2014 a atual situação praticada pelas IEES quanto aos quantitativos, nomenclaturas e valores para os cargos comissionados e funções gratificadas.

No Protocolado nº 11.112.226-1, ora em trâmite neste Poder Executivo, contém uma proposta de adequação das necessidades estruturais visando o desenvolvimento das atividades de ensino, pesquisa e extensão, contemplando as estruturas dos Hospitais Universitários (que não foram contemplados na Lei nº 16.372, de 2009) e da UNESPAR, esta recentemente credenciada como Universidade, com Reitoria na cidade de Paranavaí.

Excelentíssimo Senhor
Deputado VALDIR ROSSONI
Presidente da Assembleia Legislativa do Estado
N/CAPITAL
AJB/Prot. 13.388.694-0



PARANÁ

GOVERNO DO ESTADO
Gabinete do Governador

Os valores pagos em função dos cargos acadêmicos das estruturas administrativas das Universidades estão congelados há vários anos e a citada proposta em trâmite prevê a expansão dos cargos, bem como a atualização de seus respectivos valores, o que implicará aumento de custos.

Considerando as restrições impostas pela Lei de Responsabilidade Fiscal (LC 101/2000) ao Estado do Paraná, no atual contexto, proponho o presente Anteprojeto de Lei visando a prorrogação, até 31 de dezembro de 2016, do prazo de extinção dos cargos em comissão e funções gratificadas das Instituições de Ensino Superior do Estado do Paraná, até a aprovação da nova lei.

Por fim, com fulcro nas disposições do art. 66, § 1º da Constituição Estadual e do art. 198 do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, solicito "REGIME DE URGÊNCIA" para a tramitação e votação da presente Mensagem Governamental.

Certo de que a medida merecerá dessa Assembleia Legislativa o necessário apoio e consequente aprovação, reitero a Vossa Excelência meus protestos de apreço e consideração.



CARLOS ALBERTO RICHÁ
Governador do Estado

CASA CIVIL Sistema Estadual de Legislação

[Pesquisa Rápida](#) [voltar](#)[Exibir Ato](#)[Página para impressão](#)

Lei 16372 - 30 de Dezembro de 2009

[Alterado](#) [Compilado](#) [Original](#)Publicado no Diário Oficial nº. 8129 de 30 de Dezembro de 2009

(vide Lei 17068 de 23/01/2012)

Súmula: Estabelece o quantitativo, para regularização, dos cargos em comissão que especifica, que se destinam a atender a encargos de direção, de chefia ou de assessoramento superior nas Instituições Estaduais de Ensino Superior - IEES, e adota outras providências.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná decretou e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º. Fica estabelecido o quantitativo, para regularização, dos cargos em comissão de Direção Acadêmica, simbologia DA-1 a DA-4, nos termos do Anexo I desta lei, que se destinam a atender a encargos de direção, de chefia ou de assessoramento superior nas Instituições Estaduais de Ensino Superior - IEES.

§ 1º. Os cargos em comissão de que trata o *caput* deste artigo deverão ser providos conforme dispuser o regulamento da Instituição, podendo a escolha do ocupante recair ou não em detentor de cargos efetivos de Professor de Ensino Superior, de que trata a Lei Estadual nº 11.713, de 07 de maio de 1997, com as alterações promovidas pela Lei Estadual nº 14.825, de 12 de setembro de 2005 e pela Lei Estadual nº 15.944, de 09 de setembro de 2008, ou de Agente Universitário, de que trata a Lei Estadual nº 15.050, de 12 de abril de 2006, que regulamentam as Carreiras do Magistério Público de Ensino Superior e do Pessoal Técnico Administrativo das IEES, com os acréscimos definidos nos artigos 3º, 4º e 6º da Lei Estadual nº 14.269, de 22 de dezembro de 2003.

§ 2º. Os detentores dos cargos referidos nesse artigo:

I - deverão possuir, no mínimo, formação a nível de graduação;

II - são destituíveis a qualquer momento, a critério da autoridade concedente, nos termos da lei;

III - quando detentor de cargo efetivo, fica-lhe assegurado o retorno às atividades atinentes ao seu cargo de origem.

Art. 2º. A remuneração devida pelo exercício de cargo em comissão de simbologia DA-1 a DA-4 é a que consta do Anexo II, sendo vedada qualquer outra forma de cálculo, parcela ou prática.

Parágrafo único. Se o nomeado ao exercício de cargo em comissão for servidor da Instituição Estadual de Ensino Superior, de qualquer carreira, perceberá o vencimento e demais vantagens do seu cargo efetivo, acrescido do valor integral da remuneração referente ao cargo em comissão no qual foi provido.

Art. 3º. Fica estabelecido o quantitativo, para regularização, das funções de confiança de chefia Intermediária necessárias para a estrutura administrativa das Instituições Estaduais de Ensino Superior, nos termos do Anexo III desta lei.

§ 1º. As funções de confiança de que trata o *caput* deste artigo deverão ser providas conforme dispuser o regulamento da Instituição, devendo a escolha do ocupante necessariamente recair em detentor de cargos efetivos de Professor de Ensino Superior, de que trata a Lei Estadual nº 11.713, de 07 de maio de 1997, com as alterações promovidas pela Lei Estadual nº 14.825, de 12 de setembro de 2005 e pela Lei Estadual nº 15.944, de 09 de setembro de 2008, ou de Agente Universitário de que trata a Lei Estadual nº 15.050, de 12 de abril de 2006, que regulamentam as Carreiras do Magistério Público de Ensino Superior e do Pessoal Técnico Administrativo das IEES, com os acréscimos definidos nos artigos 3º, 4º e 6º da Lei Estadual nº 14.269, de 22 de dezembro de 2003.

§ 2º. As funções de confiança de que trata o *caput* deste artigo serão denominadas Funções

Acadêmicas, de simbologia FA-1 a FA-3, remuneradas segundo os valores constantes do Anexo IV desta lei.

§ 3º. O quantitativo de funções constantes do Anexo III só poderá ser alterado por ato do Chefe do Poder Executivo.

§ 4º. É vedado atribuir função acadêmica ou remunerar de outro modo qualquer pessoa pela condição de membro de conselhos superiores da instituição.

Art. 4º. A jornada de trabalho de ocupante de cargo de provimento em comissão e servidor provido com função acadêmica será, no mínimo, de tempo integral, sendo vedada a percepção simultânea de horas extras.

Art. 5º. Os servidores que forem designados para ocupação eventual de cargos de Direção Acadêmica ou de Funções Acadêmicas em substituição aos titulares, por período superior a 10 (dez) dias consecutivos, terão direito à percepção do valor proporcional aos dias trabalhados.

Art. 6º. As nomeações, exonerações e registros funcionais decorrentes da aplicação desta lei serão publicados no Diário Oficial do Estado, pelas Instituições Estaduais de Ensino Superior, nos termos da legislação em vigor.

Parágrafo único. O ato de nomeação, exoneração e registro funcional a que se refere o caput deste artigo deve especificar nome, cargo e função do respectivo servidor.

(Incluído pela Lei 17068 de 23/01/2012)

~~**Art. 7º.** Os atuais cargos de confiança e as funções gratificadas de todas as simbologias atualmente praticadas pelas Instituições Estaduais de Ensino Superior – IEES ficarão extintos no prazo de 90 (noventa) dias a contar da publicação da lei.~~

~~**Art. 7º.** Os atuais cargos de confiança e as funções gratificadas de todas as simbologias atualmente praticadas pelas Instituições Estaduais de Ensino Superior – AEES ficarão extintos em 31 de dezembro de 2010.~~

~~(Redação dada pela Lei 16478 de 26/04/2010)~~

~~**Art. 7º.** Os atuais cargos de confiança e as funções gratificadas de todas as simbologias atualmente praticadas pelas Instituições Estaduais de Ensino Superior – IEES, ficarão extintos em 31 de dezembro de 2011.~~

~~(Redação dada pela Lei 16664 de 14/12/2010)~~

~~**Art. 7º.** Os atuais cargos de confiança e as funções gratificadas de todas as simbologias atualmente praticadas pelas Instituições Estaduais de Ensino Superior – IEES, ficarão extintos em 30 de junho de 2012.~~

~~(Redação dada pela Lei 17068 de 23/01/2012)~~

~~**Art. 7º.** Os atuais cargos de confiança e as funções gratificadas de todas as simbologias atualmente praticadas pelas Instituições Estaduais de Ensino Superior – IEES ficarão extintos em 31 de dezembro de 2014.~~

~~(Redação dada pela Lei 17894 de 27/12/2013)~~

Parágrafo único. Os atuais cargos a que se refere o "caput" deste artigo, não implicarão em despesas orçamentárias adicionais.

(Incluído pela Lei 16664 de 14/12/2010)

Art. 8º. Ficam convalidados os atos praticados pelos dirigentes das Instituições Estaduais de Ensino Superior com relação à atribuição de cargos em confiança e funções gratificadas anteriormente à vigência desta lei.

Art. 9º. A remuneração dos cargos de Direção Acadêmica e de Funções Acadêmicas a que se refere esta lei são de natureza indenizatória, não incorporáveis aos vencimentos, nem computadas para fins de concessão de acréscimos ulteriores, sob o mesmo título ou idêntico fundamento, bem como não servirão de base para cálculo de outras vantagens.

Art. 10. Os valores constantes dos Anexos II e IV desta lei serão alterados na mesma data de atualização e índices que incidirem sobre a Tabela de Remuneração dos Cargos em Comissão "DAS" e "C" do Poder Executivo.

Art. 11. Ficam as Secretarias de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior – SETI, do Planejamento e Coordenação Geral – SEPL e da Fazenda – SEFA autorizadas a promover os ajustes



orçamentários e financeiros nos orçamentos das Instituições Estaduais de Ensino Superior – IEES necessários ao cumprimento desta lei.

Art. 12. A presente Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

PALÁCIO DO GOVERNO EM CURITIBA, em 30 de dezembro de 2009.



Roberto Requião
Governador do Estado

Lygia Lumina Pupatto
Secretária de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior

Maria Marta Renner Weber Lunardon
Secretária de Estado da Administração e da Previdência

Maria Cecília Michelotto Centa do Amaral
Chefe da Casa Civil, em exercício

Este texto não substitui o publicado no Diário Oficial do Estado

ANEXOS:

Exibir	Descrição
	anexo53393_18881.pdf



© Casa Civil do Governo do Estado do Paraná
Palácio Iguaçu - Praça Nossa Senhora de Salette, s/n
80530-909 - Centro Cívico - Curitiba - Paraná



CASA CIVIL



CASA CIVIL Sistema Estadual de Legislação

Pesquisa Rápida  voltar 

Exibir Ato

 Página para impressão

Lei 17068 - 23 de Janeiro de 2012

Alterado Compilado Original 

Publicado no Diário Oficial nº. 8636 de 23 de Janeiro de 2012

Súmula: Altera o art. 7º da Lei nº. 16.372, de 30 de dezembro de 2009.

A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná decretou e eu sanciono a seguinte lei:

~~Art. 1º. Altera o art. 7º da Lei nº 16.372, de 30 de dezembro de 2009, bem como revoga o parágrafo único deste artigo, que passa a vigorar com a seguinte redação:~~

~~“Art. 7º Os atuais cargos de confiança e as funções gratificadas de todas as simbologias atualmente praticadas pelas Instituições Estaduais de Ensino Superior – IEES, ficarão extintos em 30 de junho de 2012.”~~

Art. 1º. Art. 7º Os atuais cargos de confiança e as funções gratificadas de todas as simbologias atualmente praticadas pelas Instituições Estaduais de Ensino Superior – IEES ficarão extintos em 31 de dezembro de 2013.

(Redação dada pela Lei 17204 de 29/06/2012)

Art. 2º. Ficam as Secretarias de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior – SETI, do Planejamento e Coordenação Geral – SEPL e da Fazenda – SEFA, autorizadas a promover os ajustes orçamentários e financeiros nos orçamentos das Instituições Estaduais de Ensino Superior – IEES, necessários ao cumprimento desta Lei.

Art. 3º. Acresce parágrafo único ao art. 6º, da Lei nº 16.372, de 30 de dezembro de 2009, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“Parágrafo único. O ato de nomeação, exoneração e registro funcional a que se refere o caput deste artigo deve especificar nome, cargo e função do respectivo servidor.”

Art. 4º. Esta Lei entrará em vigor na data da sua publicação.

PALÁCIO DO GOVERNO EM CURITIBA, em 23 de janeiro de 2012.

Carlos Alberto Richa
Governador do Estado

Alípio Santos Leal Neto
Secretário de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior

Luiz Eduardo Da Veiga Sebastiani
Secretário de Estado da Administração e da Previdência

Durval Amaral
Chefe da Casa Civil

AJB/Prot.nº 11.228.277-7

Este texto não substitui o publicado no Diário Oficial do Estado

© Casa Civil do Governo do Estado do Paraná
Palácio Iguaçu - Praça Nossa Senhora de Salette, s/n
80530-909 - Centro Cívico - Curitiba - Paraná



CASA CIVIL



CASA CIVIL Sistema Estadual de Legislação

[Pesquisa Rápida](#) [voltar](#)[Exibir Ato](#)[Página para Impressão](#)

Lei 17204 - 29 de Junho de 2012

[Alterado](#) [Compilado](#) [Original](#)Publicado no Diário Oficial nº. 8744 de 29 de Junho de 2012**Súmula:** Dá nova redação ao art. 7º da Lei nº 16.372/09, alterado pela Lei nº 17.068/12.

A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná decretou e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º O art. 7º da Lei nº 16.372, de 30 de dezembro de 2009, alterado pela Lei nº 17.068, de 23 de janeiro de 2012, passa a vigorar com a seguinte redação:**Art. 7º** Os atuais cargos de confiança e as funções gratificadas de todas as simbologias atualmente praticadas pelas Instituições Estaduais de Ensino Superior - IEES ficarão extintos em 31 de dezembro de 2013."**Art. 2º** Ficam as Secretarias de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior - SETI, do Planejamento e Coordenação Geral - SEPL e da Fazenda - SEFA autorizadas a promover os ajustes orçamentários e financeiros nos orçamentos das Instituições Estaduais de Ensino Superior - IEES, necessários ao cumprimento desta Lei.**Art. 3º** Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.

PALÁCIO DO GOVERNO EM CURITIBA, em 29 de junho de 2012.

Carlos Alberto Richa
Governador do Estado*Alípio Santos Leal Neto*
Secretário de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior*Jorge Sebastião de Bem*
Secretário de Estado da Administração e da Previdência*Lorlane Leislí Azeredo*
Diretora Geral da CASA CIVIL

Este texto não substitui o publicado no Diário Oficial do Estado

© Casa Civil do Governo do Estado do Paraná
Palácio Iguaçu - Praça Nossa Senhora de Salette, s/n
80530-909 - Centro Cívico - Curitiba - Paraná

CASA CIVIL



CASA CIVIL Sistema Estadual de Legislação

[Pesquisa Rápida](#) [voltar](#)**Exibir Ato** [Página para impressão](#)

Lei 17894 - 27 de Dezembro de 2013

Alterado [Compilado](#) [Original](#) Publicado no Diário Oficial nº. 9113 de 27 de Dezembro de 2013**Súmula:** Dá nova redação ao art. 7º da Lei nº 16.372, de 30 de dezembro de 2009.

A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná decretou e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º. O art. 7º da Lei nº 16.372, de 30 de dezembro de 2009, alterado pelas Leis nºs 17.068, de 23 de janeiro de 2012 e 17.204, de 29 de junho de 2012, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 7º Os atuais cargos de confiança e as funções gratificadas de todas as sim - bologias atualmente praticadas pelas Instituições Estaduais de Ensino Superior – IEES ficarão extintos em 31 de dezembro de 2014.”

Art. 2º. Ficam as Secretarias de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior – SETI, do Planejamento e Coordenação Geral – SEPL e da Fazenda – SEFA autorizadas a promover os ajustes orçamentários e financeiros nos orçamentos das Instituições Estaduais de Ensino Superior – IEES, necessários a o cumprimento desta Lei.**Art. 3º.** Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.

Palácio do Governo, em 27 de dezembro de 2013.

Carlos Alberto Richa
Governador do Estado*João Carlos Gomes*
Secretário de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior *Cassio Taniguchi*
Secretário de Estado do Planejamento e Coordenação Geral*Jozélia Nogueira*
Secretária de Estado da Fazenda*Cezar Silvestri*
Secretário de Estado de Governo*Reinhold Stephanes*
Chefe da Casa Civil-----
Este texto não substitui o publicado no Diário Oficial do Estado



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 462/2014

Projeto de Lei nº. 462/2014

Autor: Poder Executivo - Mensagem nº. 112/14

Dá nova redação ao art. 7º da Lei nº. 16.372, de 30 de dezembro de 2009, alterado pelas leis nºs 17.068, de 23 de janeiro de 2012, 17.204, de 29 de junho de 2012 e 17.894, de 27 e dezembro de 2013.

EMENTA: DÁ NOVA REDAÇÃO AO ART. 7º DA LEI Nº. 16.372, DE 30 DE DEZEMBRO DE 2009, ALTERADO PELAS LEIS Nº. S 17.068, DE 23 DE JANEIRO DE 2012, 17.204, DE 29 DE JUNHO DE 2012 E 17.894, DE 27 E DEZEMBRO DE 2013. POSSIBILIDADE. REGIMENTO INTERNO ART. 124. LEGITIMIDADE AFERIDA. ARTS. 65, 66 e 87 DA CONSTITUIÇÃO DO ESTADO DO PARANÁ. CONSTITUCIONALIDADE. LEGALIDADE. PARECER FAVORÁVEL.

PREÂMBULO

O Projeto de Lei de autoria do Poder Executivo, através da mensagem nº 112/2014, tem por finalidade apresentar nova redação ao art. 7º da lei nº. 16.372, de 30 de dezembro de 2009, alterado pelas leis nº. s 17.068, de 23 de janeiro de 2012, 17.204, de 29 de junho de 2012 e 17.894, de 27 e dezembro de 2013.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



FUNDAMENTAÇÃO

De início, compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no Art. 33-A, I do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada:

Art. 33-A Cabe à Comissão de Constituição e Justiça:

I – emitir parecer sobre as proposições quanto a sua constitucionalidade, legalidade, juridicidade, adequação regimental e caráter estrutural, em face do que dispõe a Lei Complementar 95, de 26 de fevereiro de 1998 e alterações posteriores.

Sobre a iniciativa de projetos de lei, dispõe o Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná:

Art. 124. A iniciativa dos projetos caberá a qualquer membro da Assembleia, ao Governador, aos Tribunais e ao Ministério Público, que poderão solicitar o seu arquivamento ou a sua restituição, em qualquer fase de sua tramitação.

Parágrafo único. Todos os projetos, ressalvada a competência exclusiva do Governador, dos Tribunais e do Ministério Público, terão origem na Assembleia, sob a iniciativa de qualquer Deputado ou Comissão.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



Em consonância com o Regimento Interno desta Casa, a Constituição Estadual, em seu Art. 65, estabelece que:

Art. 65. A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembleia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.

Deste modo, resta-se evidenciada a capacidade de iniciativa do Governador para realizar a propositura do referido Projeto de Lei.

Além do mais, a Constituição do Estado aborda como **tema de competência privativa do Governador do Estado** leis que disponham sobre a criação de cargos, função ou empregos públicos na Administração direta e autárquica do Poder Executivo ou aumento de sua remuneração:

Art. 66. Ressalvado o disposto nesta Constituição, são de iniciativa privativa do Governador do Estado as leis que disponham sobre:

I - a criação de cargos, função ou empregos públicos na Administração direta e autárquica do Poder Executivo ou aumento de sua remuneração;

No mesmo sentido, o art. 87 da Constituição do Estado vem estabelecer:



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



Art. 87. Compete privativamente ao Governador:
VI - dispor sobre a organização e o funcionamento da administração estadual, na forma da lei;

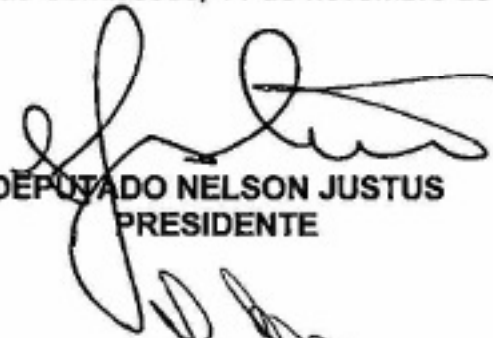
Vislumbra-se, portanto, que o Poder Executivo detém o poder de iniciativa e a competência necessária para propor o presente Projeto de Lei.

Por fim, no tocante à Lei Complementar Federal nº 95/98, o Projeto de Lei não apresenta nenhum óbice.


CONCLUSÃO

Diante do exposto, opina-se pela **APROVAÇÃO** do presente Projeto de Lei.


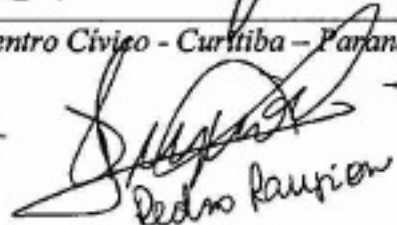
Sala das Comissões, 11 de novembro de 2014.


DEPUTADO NELSON JUSTUS
PRESIDENTE


DEPUTADO ADEMAR TRAIANO
RELATOR


APROVADO

11.11.14



Praça Nossa Senhora da Saúde s/nº - Centro Cívico - Curitiba - Paraná



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
4ª Sessão Legislativa – 17ª Legislatura
Comissão de Finanças



PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 462/14

RELATÓRIO

O Plano de Lei em análise é oriundo do Poder Executivo – Mensagem nº 112/2014, que dá nova redação ao art. 7º da Lei nº 16.372, de 30 de dezembro de 2009, alterado pelas Leis nºs 17.068, de 23 de janeiro de 2012, 17.204, de 29 de junho de 2012 e 17.894, de 27 de dezembro de 2013.

Preliminarmente observamos que a matéria foi encaminhada a douta Comissão de Constituição e Justiça que por meio do Relator Senhor Deputado Ademar Traiano exarou o devido parecer favorável, tendo sido aprovado, em virtude de sua constitucionalidade.

FUNDAMENTAÇÃO

A Diretoria Legislativa enviou o Projeto em questão a esta Comissão Permanente de Finanças, para análise, o que passará a fazer.

Procedida à análise da Proposição, sob a mira desta Comissão de Finanças, cumprindo as obrigações impostas pelo §1º, do artigo 29, § 2º do artigo 30 e artigo 33-B, todos do Egrégio Regimento Interno desta Assembleia Parlamentar, temos que, conforme justifica o autor, a proposta visa extinguir em 31 de dezembro de 2016, os cargos de confiança e as funções gratificadas de todas as simbologias das Instituições Estaduais de Ensino Superior – IEES.

De igual modo, o autor informa que as Secretarias de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior – SETI, do Planejamento e Coordenação Geral – SEPL e da Fazenda – SEFA, deverão promover os ajustes orçamentários e financeiros nos orçamentos das IEES, para o devido cumprimento desta proposta.

Vale frisar que a Constituição do Estado do Paraná, em seus arts. 65, 66, inciso I e 87, inciso VI, asseguram a iniciativa e a competência ao Governador do Estado, de propor matérias dessa natureza.



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
4ª Sessão Legislativa – 17ª Legislatura
Comissão de Finanças



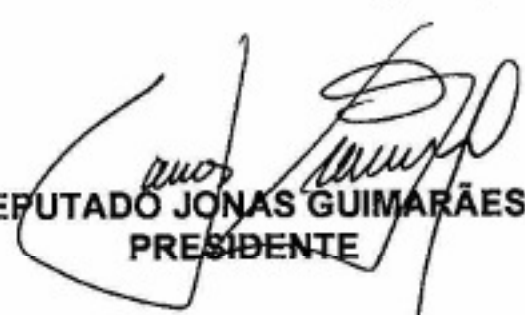
Convém salientar ainda que, conforme as restrições impostas pela Lei Complementar Federal nº 101/00. (Lei de Responsabilidade Fiscal), a proposta visa apenas a prorrogação do prazo de extinção dos cargos em comissão e funções gratificadas conforme já explicitado.

CONCLUSÃO

Desta forma, nada encontramos que possa impedir a sua normal tramitação pelos demais órgãos desta Casa Legislativa, manifestando assim, o devido parecer **FAVORÁVEL**.

É o parecer.

Sala das Comissões, 28/11/14


DEPUTADO JONAS GUIMARÃES
PRESIDENTE


DEPUTADO WILSON QUINTERO
RELATOR


De Waldemar


De Elcio


De Elcio 2



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Ciência e Tecnologia e Ensino Superior



PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 462/2014

Projeto de Lei nº. 462/14

Autor: Poder Executivo – Mensagem nº. 112/2014

Súmula: Mensagem Nº 112/2014 – Dá Nova redação ao Art. 7º da Lei nº 16.372, de 30 de Dezembro de 2009, Alterado pelas leis nºs 17.068 de 2012, 17.204, de 2012 e 17.894, de 2013.

EMENTA: ALTERAÇÃO LEGISLATIVA. EXTIÇÕES DE FUNÇÕES GRATIFICADAS DAS IEES. INICIATIVA PRIVATIVA DO CHEFE DO PODER EXECUTIVO. POSSIBILIDADE. LEGITIMIDADE AFERIDA. ARTS. 65, 66 E 87 DA CE. ART. 124 REGIMENTO INTERNO ALEP. PARECER PELA APROVAÇÃO.

RELATÓRIO

O projeto de lei de autoria do Poder Executivo tem por escopo alterar o art 7º da Lei nº 16.372, de 2009, Alterado pelas leis nºs 17.068, de 23 de janeiro de 2012, 17.204, de 29 de junho de 2012 e 17.894, de 27 de dezembro de 2013, prorrogando para 31 de dezembro de 2016, o prazo para a extinção dos cargos em comissão e funções gratificadas das Instituições de Ensino Superior do Estado do Paraná.

FUNDAMENTAÇÃO

Inicialmente, cabe destacar que compete à Comissão de Ciência e Tecnologia e ensino superior, em consonância ao disposto no artigo 33 – T. III, do



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Ciência e Tecnologia e Ensino Superior



Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, manifestar-se sobre proposições que visem ao fortalecimento e à aplicação de base técnico-científica do Estado incluindo aquelas relacionadas às entidades de ensino, pesquisa e de prestação de serviços técnico-especializados e unidades de bens de elevado conteúdo tecnológico.

Conforme justificativa na mensagem do Executivo, a prorrogação se faz necessário para que o protocolo sob nº 11.112.226-1, que tramita no Governo do Estado visando desenvolver uma lei com as alterações de cargos necessários ao efetivo atendimento dos objetivos das IEES, respeitando as especificações de suas estruturas e fixando um quantitativo de cargos a serem preenchidos de acordo com as demandas geradas em cada instituição.

Entendemos que cada sede que compõem as IEES (Instituições Estaduais de Ensino Superior), possui uma peculiaridade e uma necessidade a se atendida, e que a proposta é anterior as alterações mais recentes que houve no decorrer do ano, para citar a alteração das instituições integrantes da UNESPAR, e instalação da sede na cidade de Paranavaí.

CONCLUSÃO

Diante do exposto, considerando a fundamental importância do presente projeto, opinamos por sua **APROVAÇÃO**.

Jonas Guimarães
RELATOR

Teruo Kato
PRESIDENTE

Dep. Elis

Dep. Kato

Dep. Pastor

Dep. Rêgo

Dep. Silva